



Financiado pela
União Europeia

Erasmus+
Enriquecer vidas, alargar horizontes.

Project: “Roma Influencers breaking the circle of early marriages and early motherhood in Roma communities”



ROMA INFLUENCERS NETWORK/2024-1-EL01-KA220-ADU-000247507



www.romainfluencersnetwork.eu romainfluencersnetwork@gmail.com [Roma Influencers Network](https://www.facebook.com/Roma-Influencers-Network) [Roma_Influencers_Network](https://www.instagram.com/Roma_Influencers_Network)

Relatório Comparativo sobre Casamento Precoce e Maternidade Precoce nas Comunidades Ciganas

Autor: CESIS – Centro de Estudos para a Intervenção Social

Líder do WP2: Breaking the circle of early marriages and early motherhood in Roma communities

"O conteúdo do projeto reflete apenas as opiniões das autoras. O apoio da Comissão Europeia à produção desta publicação não constitui uma aprovação do conteúdo, que reflete apenas as opiniões das autoras e a Comissão, a Agência Nacional Helénica ou as Agências Nacionais de outros países participantes no projeto não podem ser responsabilizadas por qualquer utilização que possa ser feita da informação nela contida".



Índice

I. Introdução	5
I.1. O Projeto Roma Influencers Network	5
I.2. Casamento precoce e maternidade precoce: Preocupações globais	6
II. Enquadramento do casamento precoce e da maternidade precoce a nível nacional.....	9
II.1. Uma Abordagem Comparativa do Quadro Jurídico Nacional	9
II. 1.1. Acerca dos conceitos.....	9
II.1.2. Legislação e políticas nos quatro países	12
II.1.2.1. Convenções Internacionais e orientações	12
II. 1.2.2. Quadro legislativo nacional	15
II.1.3. Políticas nacionais com enfoque no casamento precoce e na maternidade precoce.....	19
II. 2. O que se sabe nos quatro países parceiros relativamente a casamento precoce e maternidade precoce	24
II. 2.1. O que dizem os números	24
II. 3. As comunidades ciganas nos países parceiros	30
II.3.1 Caracterização geral das comunidades ciganas.....	30
II.3.1.1 A população cigana nos países parceiros: diferenças e semelhanças	31
III. Ouvir as pessoas ciganas – Trabalho de campo com mulheres ciganas sobre casamento precoce e maternidade precoce	36
III. 1. Caracterização das participantes das entrevistas	36
III. 2. O que dizem as mulheres sobre o casamento (precoce)	42
III. 3. Maternidade.....	50
III. 4. Tornar-se mãe – os sentimentos mudam	57
III. 5. A relevância da informação.....	60
III. 6. Prevenir o casamento precoce e a maternidade precoce	66
Referências bibliográficas	74



Figuras

Figura 1 – Grupo etário das mulheres ciganas entrevistadas (Número absolutos).....	37
Figura 2 – Média de idades das mulheres ciganas entrevistadas, por país	37
Figura 3 – Estado civil das mulheres ciganas entrevistadas, por país (%).....	38
Figura 4 – Com quem vivem as mulheres ciganas entrevistadas, por país (%).....	39
Figura 5 – Idade no casamento/início da coabitação, por país.....	44
Figura 6 – Razões para ter casado com essa idade, por país	45
Figura 7 – Número médio de filhos/as por mulher entrevistada, por país.....	50
Figura 8 – Idade media das mulheres entrevistadas ao nascimento do/a primeiro/a filho/a, por país	51
Figura 9 – Informação adequada sobre gravidez, por país (%).....	60
Figura 10 – Informação adequada sobre como cuidar de uma criança, por país (%).....	61
Figura 11 – Importância de existirem atividades com vista a reduzir ou prevenir o casamento precoce (Números absolutos)	66
Figura 12 – Importância de existirem atividades com vista a reduzir ou prevenir a maternidade precoce (Números absolutos)	68



Tabelas

Tabela 1 – Primeiros casamentos de raparigas, por idade e país parceiro, 2021-2023	25
Tabela 2 – Taxa de nascimentos em adolescentes por 1,000 mulheres em 2021, por país (‰) 27	
Tabela 3 – Número de pessoas ciganas e a sua proporção no total da população, por país	30
Tabela 4 – Número de entrevistas realizadas, por país	36
Tabela 5 – Áreas de residência das mulheres ciganas entrevistadas, por país.....	39
Tabela 6 – Tipo de habitação de residência das mulheres ciganas entrevistadas, por país.....	41
Tabela 7 – Onde as mulheres ciganas entrevistadas conhecerem os seus maridos/companheiros, por país	43
Tabela 8 – Reação da família ao casamento, por país	47
Tabela 9 – Forma como o casamento mudou a vida da mulher, por país	49
Tabela 10 – Idade da mulher ao nascimento do/a seu/sua primeiro/a filho/a, por país (Números absolutos).....	51
Tabela 11 – Razões para preferirem esperar mais tempo para terem filhos/as, por país	53
Tabela 12 – Reações da família à gravidez, por país (%).....	55
Tabela 13 – Como se sentiu ao ser mãe, por país (%).....	57
Tabela 14 – Mudanças na vida depois da maternidade, por país (%).....	59
Tabela 15 – Razões para não ido a consultas médicas/hospitalares, por país (%)	62
Tabela 16 – Razões para não frequentar a sessões de preparação para o parto, por país (%) ..	63
Tabela 17 – Razões para a não promoção de atividades para reduzir/prevenir o casamento precoce (Números absolutos)	67
Tabela 18 - Razões para a não promoção de atividades para reduzir/prevenir a maternidade precoce (Números absolutos)	68



I. Introdução

I.1. O Projeto Roma Influencers Network

O presente relatório está integrado no Projeto Europeu '*Roma Influencers Network - breaking the circle of early marriages and early motherhood in Roma communities*' (Grant Agreement nº 2024-1-EL01-KA220-ADU-000247507) no âmbito do Programa ERASMUS+.

O projeto da Roma Influencers Network centra-se no casamento precoce e na maternidade precoce nas comunidades ciganas e centra-se na capacitação e sensibilização da comunidade cigana, especialmente das mulheres e raparigas. O principal objetivo é sugerir formas de mudar comportamentos e atitudes para ultrapassar, reduzir ou eliminar estas práticas e os seus impactos nocivos.

O consórcio do projeto é constituído por 4 países: Grécia, Irlanda, Portugal e Roménia.

Este relatório comparativo faz parte do WP2 – '*Breaking the circle of early marriages and early motherhood in Roma Communities*', e em particular da Atividade 2.2 – '*National research on early marriages and early motherhood Roma community*', tendo o CESIS como líder de equipa.

O objetivo deste relatório é contribuir para uma melhor compreensão do casamento precoce e da maternidade precoce, nomeadamente entre as mulheres e raparigas ciganas em cada país parceiro, descrevendo o quadro jurídico e as políticas e a situação da comunidade cigana.



1.2. Casamento precoce e maternidade precoce: Preocupações globais

O casamento precoce e a maternidade precoce continuam a ser desafios globais urgentes. Tanto o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) como a Organização Mundial de Saúde (OMS), juntamente com outras organizações de investigação importantes, como o Centro Internacional de Pesquisa sobre as Mulheres (ICRW), o Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA) e a Girls Not Brides, documentaram exaustivamente as causas e consequências relacionadas com estas práticas.

A UNICEF (2023) define o casamento infantil como qualquer casamento formal ou união informal que envolva uma criança com menos de 18 anos e estima que cerca de 12 milhões de raparigas se casam todos os anos antes de atingirem essa idade limite, muitas das quais se tornam mães pouco tempo depois.

O casamento precoce e a maternidade precoce são particularmente prevalentes nos países de baixo e médio rendimento, onde a desigualdade entre os géneros, a pobreza e a falta de escolaridade se conjugam para comprometer os direitos e o futuro de milhões de raparigas. No entanto, também continua a ser um problema na Europa, onde varia consideravelmente de região para região. Os países da Europa Oriental, como a Bulgária e a Roménia, registam as taxas mais elevadas de nascimentos na adolescência. Por exemplo, em 2021, a Bulgária registou a taxa de natalidade na adolescência mais elevada da Europa¹. Se considerarmos a idade entre os 10 e os 14 anos, a taxa é de 1,6‰ na Bulgária e de 1,45‰ na Roménia. As taxas aumentam quando se considera o grupo etário dos 15 aos 19 anos: 38,7‰ e 33,89‰, respetivamente. Em 2015, 11,9% dos primeiros nascimentos na Bulgária e 12,3% na Roménia foram de mães adolescentes.²

A mesma fonte indica as seguintes taxas na Grécia: 7,44‰ para o grupo etário dos 15-19 anos; 0,48‰ para o grupo etário dos 10-14 anos. Por outro lado, as taxas de Portugal

¹Taxa de nascimentos de mães adolescentes, 10-14 anos:

<https://ourworldindata.org/grapher/adolescent-fertility?tab=chart&country=PRT~GRC~IRL~ROU>;

Taxa de nascimentos de mães adolescentes, 15-19 anos:

<https://ourworldindata.org/grapher/adolescent-fertility-15-19?tab=chart&country=ROU~BGR>

² Disponível em: <https://ec.europa.eu/eurostat/web/products-eurostat-news/-/ddn-20170808-1>



e da Irlanda para o grupo etário dos 10-14 anos são de 0,07‰ e 0,01‰, respetivamente; 5,75‰ em Portugal e 8,3‰ na Irlanda, para o grupo etário dos 15-19 anos.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), as complicações relacionadas com a gravidez e o parto são a principal causa de morte entre as raparigas com idades compreendidas entre os 15 e os 19 anos em todo o mundo. Devido à sua imaturidade física, as mães adolescentes correm um maior risco de complicações potencialmente fatais, como a obstrução do trabalho de parto e a fístula obstétrica. Os seus filhos têm também mais probabilidades de nascer prematuramente, com baixo peso à nascença ou com problemas de saúde neonatais.

As consequências da maternidade precoce não se limitam à saúde. A UNICEF (2023) sublinha que o casamento precoce conduz frequentemente à interrupção da educação das raparigas e à perda da sua autonomia e de oportunidades económicas. As raparigas são também frequentemente isoladas dos seus pares, sujeitas a violência doméstica e forçadas a uma dependência vitalícia.

Estas observações são apoiadas por dados do Centro Internacional de Pesquisa sobre as Mulheres (ICRW). Jain e Kurz (2007) argumentam que o casamento precoce está profundamente enraizado nas normas sociais e na insegurança económica e sublinham a necessidade de abordagens abrangentes e multi-sectoriais que incluam a educação, a mobilização da comunidade e incentivos económicos para as famílias. Mais recentemente, organizações como a *Girls Not Brides* (2020) destacam ainda mais os fatores sociais e culturais do casamento infantil. Esta organização identifica a pobreza, a insegurança e a falta de acesso à educação como principais fatores de risco e apela a soluções localizadas e culturalmente sensíveis.

No seu relatório sobre a Situação da População Mundial 2013, o Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP) explora a forma como a gravidez na adolescência reflete frequentemente desigualdades de género profundamente enraizadas (FNUAP, 2013). Isto, por sua vez, aponta para a necessidade de mudanças estruturais - alterando o ambiente em que as raparigas vivem e as expectativas que lhes são colocadas - e para a promoção dos direitos humanos e das mulheres.



Coletivamente, estas instituições e pessoal de investigação convergem em conclusões fundamentais: o casamento precoce e a maternidade precoce são impulsionados por fatores que se cruzam, incluindo a discriminação de género, a pobreza e as normas sociais. As consequências são de grande alcance, afetando a saúde, a educação, a autonomia e as perspetivas de futuro das raparigas. Por conseguinte, as soluções eficazes devem ser igualmente abrangentes - combinando reforma jurídica, educação, acesso a cuidados de saúde, envolvimento da comunidade e apoio económico.



II. Enquadramento do casamento precoce e da maternidade precoce a nível nacional

II.1. Uma Abordagem Comparativa do Quadro Jurídico Nacional

Como mencionado anteriormente, o objetivo deste relatório é fornecer uma visão comparativa dos quadros nacionais de todos os países parceiros envolvidos no projeto. Todos os quatro países têm quadros jurídicos consagrados na sua legislação nacional relativos à proteção das crianças, incluindo o casamento precoce.

Compreender o que define esses quadros legislativos, as suas semelhanças e diferenças é importante no contexto do projeto.

II. 1.1. Acerca dos conceitos

A idade mínima legalmente estabelecida para o casamento nos quatro países que constituem a parceria do projeto é de 18 anos.

Embora existam algumas diferenças, os conceitos de casamento infantil, casamento precoce e maternidade precoce estão refletidos nos quadros nacionais.

No que diz respeito ao **casamento infantil**, a Grécia, Portugal e a Roménia concordam que este se refere a qualquer união formal ou informal entre uma criança com idade inferior a 18 anos. A legislação romena não define explicitamente os conceitos de casamento infantil, casamento precoce ou casamento forçado separadamente, mas estes podem ser deduzidos das disposições gerais da legislação nacional. Embora não exista uma definição legal na Irlanda, o casamento abaixo dos 18 anos é proibido por lei, não havendo exceções. As exceções também foram eliminadas do Código Civil



português em abril de 2025. Antes desta alteração, os/as menores podiam casar com 16 anos com a autorização expressa dos/as pais/mães.

Na Grécia e na Roménia, continua a ser possível que um jovem se case antes dos 18 anos.

Por conseguinte, o **casamento precoce** é a possibilidade legal de um/a menor casar.

O Código Civil grego estabelece que a idade mínima para o casamento é de 18 anos. No entanto, os/as menores de 18 anos podem casar com o consentimento de um tribunal competente se existirem “razões importantes” para o casamento, sem especificação da idade mínima. Estas razões podem ser de natureza variada, como a gravidez da menor ou uma ameaça iminente à honra da família da menor, por exemplo, no caso de casos extraconjugais. A decisão é tomada caso a caso. No entanto, com este sistema, as raparigas menores não estão devidamente protegidas contra o casamento forçado, uma vez que as pessoas que têm a guarda da menor podem contornar esta disposição. A Grécia tem também um sistema jurídico duplo, em que a minoria muçulmana da região da Trácia Ocidental está autorizada a aplicar a lei da Sharia. Os muftis, que são nomeados pelo Estado grego, têm jurisdição sobre o casamento. Nestes casos, o casamento infantil é permitido se a rapariga estiver grávida ou se tiver o consentimento dos/as pais/mães. De acordo com a lei Hanafi, uma rapariga ou um rapaz devem atingir a puberdade antes de poderem casar. As raparigas com menos de 15 anos necessitam do consentimento dos/as pais/mães para se casarem. Os casamentos hanafitas são legalmente reconhecidos pelo direito civil grego.

De acordo com o Código Civil romeno, a idade mínima legal para casar é de 18 anos, mas pode ser reduzida para 16 anos com o consentimento dos/as pais/mães e a aprovação do tribunal em circunstâncias excecionais. Estas reduções só são permitidas em circunstâncias excecionais, que são avaliadas caso a caso. É necessária uma declaração de consentimento dos/as pais/mães ou tutores/as legais para o casamento. O tribunal deve considerar se existem motivos razoáveis para permitir o casamento. Estes motivos podem incluir a gravidez ou outras circunstâncias que indiquem que o casamento é do interesse superior do/a menor. Em alguns casos, pode ser exigido um exame médico



para confirmar a maturidade física e psicológica do/a menor. O casamento precoce também inclui todas as uniões legais ou tradicionais celebradas antes de ter sido atingida a maturidade emocional, física e social das partes envolvidas, mesmo que a idade mínima legal tenha sido cumprida.

Em Portugal, o casamento precoce é também um conceito distinto do casamento infantil, centrando-se no desenvolvimento global dos indivíduos envolvidos e não em limites de idade específicos. O país descreve o casamento precoce como *‘uma união formal ou informal entre duas pessoas, em que pelo menos uma das partes, devido ao seu desenvolvimento emocional, sexual ou psicossocial, é incapaz de dar o seu consentimento livre, informado e pleno’*. (GTCIPF, 2024, p. 15)

Finalmente, o conceito de **casamento forçado** está incorporado na legislação nacional, com definições semelhantes em todos os países e em todos os contextos, o casamento forçado é punível por lei.

Na Grécia, o casamento forçado não é considerado um crime distinto, mas pode ser punido como parte de outros crimes, como a violação, a violência física e psicológica e o rapto voluntário ou involuntário, bem como os crimes de honra. No entanto, o Código Civil grego estabelece o quadro para um casamento consensual, uma vez que estabelece que o casamento requer o acordo dos futuros cônjuges, que devem fazer uma declaração em pessoa e sem condição ou prazo.

O Código Civil romeno também estipula que qualquer casamento deve ser celebrado com o consentimento livre e informado de ambas as partes, sem qualquer pressão ou coação. Os casamentos forçados são estritamente proibidos e as infrações a esta regra são puníveis por lei. Estas disposições sublinham a importância de proteger a autonomia das pessoas envolvidas e de respeitar os seus direitos fundamentais.

Em abril de 2025, Portugal alterou a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Risco para incluir o casamento infantil, precoce ou forçado entre as situações de perigo que justificam a intervenção para promover os direitos e a proteção das crianças e jovens em risco. Além disso, o casamento forçado é considerado um crime público desde 2015.



Na Irlanda, o casamento forçado é claramente definido e proibido por lei. A Lei da Violência Doméstica de 2018 criminaliza forçar alguém a participar numa cerimónia de casamento ou a retirar uma pessoa do país para esse fim. Além disso, a Lei do Direito da Família de 1995 proíbe o casamento forçado, que deve ser baseado na vontade livre e no consentimento informado.

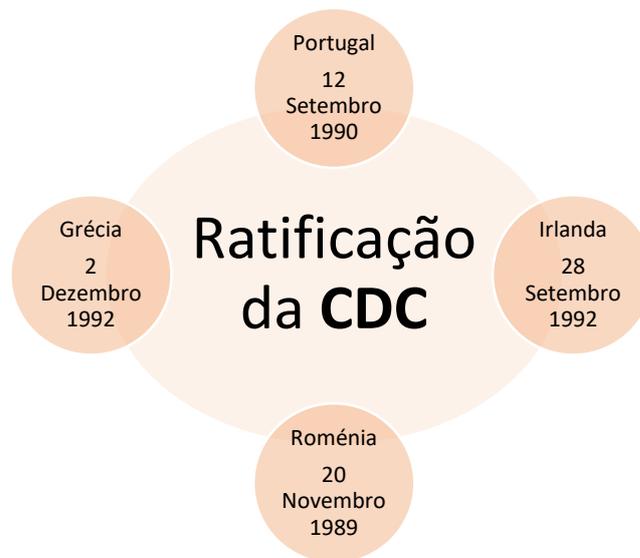
II.1.2. Legislação e políticas nos quatro países

II.1.2.1. Convenções Internacionais e orientações

É possível encontrar algumas convergências no que respeita à ratificação de certos instrumentos internacionais pelos quatro países.

A **Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC)** entrou em vigor em 2 de setembro de 1990, menos de um ano após a sua adoção pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 20 de novembro de 1989. A CDC é praticamente universal, sendo o tratado mais ratificado da história, com 193 Estados Partes. No entanto, para ser verdadeiramente eficaz, a CDC depende de uma aplicação efetiva, em especial no direito interno. A plena aplicação da CDC por todos os Estados Partes continua a ser problemática.

Os quatro países parceiros ratificaram a Convenção; a Roménia foi o primeiro dos quatro países a fazê-lo.



Para além da convenção propriamente dita, existem também protocolos facultativos. Estes incluem o Protocolo Facultativo sobre os Direitos da Criança relativo à venda de crianças, à prostituição e à pornografia infantil e o Protocolo Facultativo sobre os Direitos da Criança relativo ao envolvimento de crianças em conflitos armados.

Os protocolos facultativos complementam e alargam os tratados existentes. Podem abranger qualquer tema relevante para o tratado original e podem ser utilizados para abordar um aspeto suplementar do tratado original, uma preocupação nova ou emergente ou um procedimento para aplicar e fazer cumprir o tratado. Os protocolos facultativos são tratados por direito próprio e estão abertos à assinatura, ratificação ou adesão. São “facultativos” porque podem impor obrigações mais exigentes do que a convenção original, o que significa que os Estados devem decidir de forma independente se querem ficar vinculados por eles. Em 2000, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou dois Protocolos Facultativos. Um terceiro Protocolo Facultativo foi adotado em 2014, permitindo que as crianças apresentem queixas diretamente ao Comité dos Direitos da Criança.

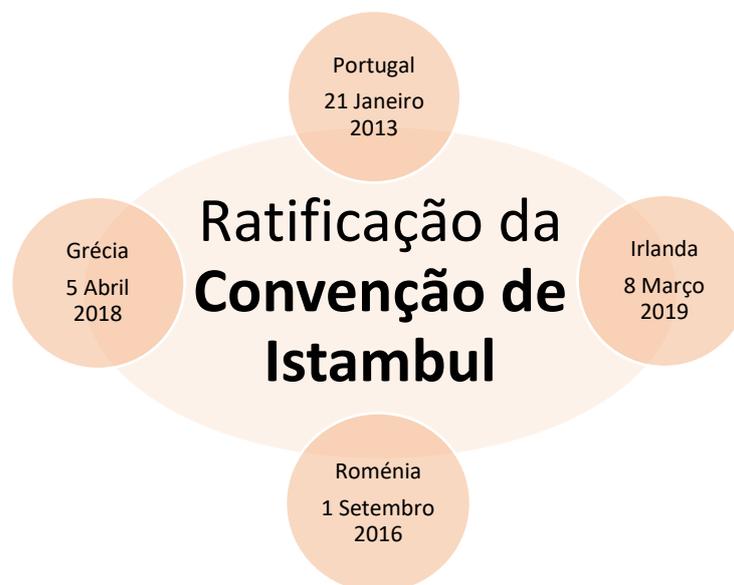
Três dos países parceiros adotaram os dois primeiros protocolos, com exceção da Irlanda, que ainda não ratificou o protocolo sobre os direitos da criança relativo à venda de crianças, à prostituição infantil e à pornografia infantil. No entanto, tanto a Irlanda



como Portugal ratificaram o Terceiro Protocolo Facultativo em 2013 e 2014, respetivamente. Os dois outros países parceiros não ratificaram ainda este protocolo.

Outro instrumento importante é a **Convenção de Istambul para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica**, criada pelo Conselho da Europa em 2011. Baseia-se no entendimento de que a violência contra as mulheres é a violência baseada no género cometida contra as mulheres pelo simples facto de serem mulheres. O Estado é obrigado a abordar plenamente todas as formas de violência contra as mulheres e a tomar medidas para a prevenir, proteger as vítimas e punir os/as agressores/as. Atos de violência como a perseguição, o assédio sexual, a violência sexual (incluindo a violação) e os abusos físicos e psicológicos perpetrados por parceiros/as íntimos/as são profundamente traumatizantes. A Convenção de Istambul exige que os seus signatários desenvolvam leis, políticas e serviços de apoio para pôr fim à violência contra as mulheres e a violência doméstica.

Tal como no caso anterior, todos os países assinaram e ratificaram a Convenção de Istambul.



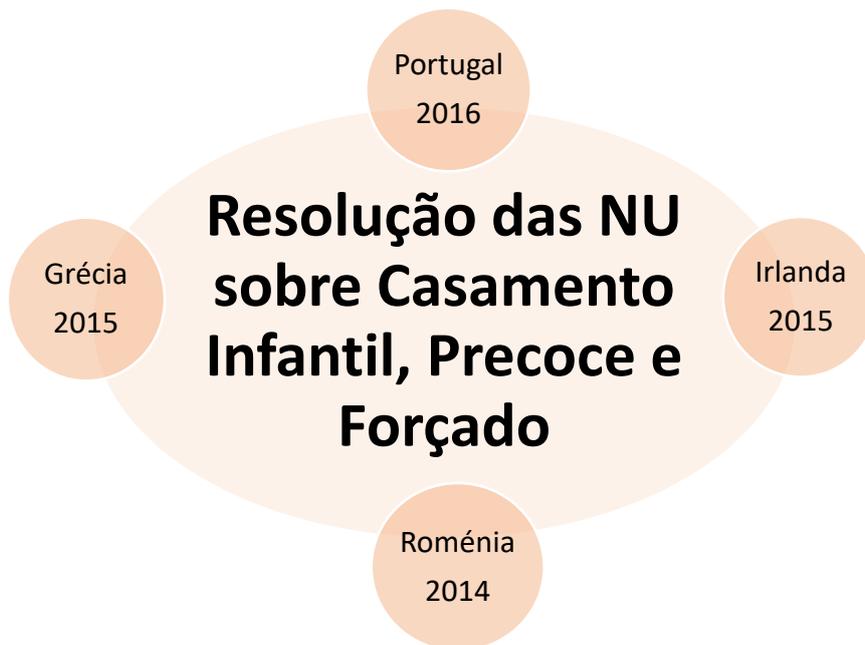
Em 2014, as Nações Unidas adotaram uma **Resolução sobre o Casamento Infantil, Precoce e Forçado**. Estas práticas prejudiciais violam os direitos das mulheres e das



raparigas e a resolução visa reforçar os esforços nacionais de sensibilização para pôr fim a essas práticas e alcançar a igualdade de género.

Embora esta resolução tenha sido assinada pelos quatro países, a Roménia não a transpôs diretamente para legislação específica. No entanto, as suas disposições estão refletidas no quadro jurídico nacional existente que protege os direitos das crianças e combate as práticas prejudiciais, como os casamentos precoces e forçados.

Em consonância com a meta 5.3 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a Grécia, Portugal e a Irlanda estão empenhados em acabar com o casamento infantil, precoce e forçado até 2030: Eliminar todas as práticas nocivas como o casamento infantil, precoce e forçado e a mutilação genital feminina.



II. 1.2.2. Quadro legislativo nacional

Os princípios da CDC fazem parte dos quadros jurídicos nacionais que protegem as crianças contra o abuso e a violência, dando prioridade ao seu superior interesse.



A principal peça legislativa na Irlanda que regula a política de cuidados e proteção da criança é a Lei de Cuidados Infantis de 1991, que visa promover o bem-estar das crianças que podem não estar a receber cuidados e proteção adequados e abrange várias áreas-chave. No entanto, o casamento e a maternidade precoces não são especificamente mencionados.

Outra lei influenciada pelos princípios da CDC é a Lei nº 2101/1992 da Grécia. Tal como a CDC, esta lei é orientada por quatro princípios fundamentais:

- i) a não-discriminação (artigo 2.º);
- ii) o superior interesse da criança (artigo 3.º);
- iii) sobrevivência, desenvolvimento e proteção (artigo 6.º);
- iv) liberdade de expressão e participação (artigo 12.º).

A Grécia criou também um Observatório Nacional dos Direitos da Criança para promover e acompanhar a aplicação da CDC. Foi criada uma Equipa de Proteção Juvenil (OPA) em cada município.

Em Portugal, três leis fundamentais regem a intervenção do Estado nos casos em que a segurança, a saúde, a educação ou o desenvolvimento de uma criança estão em perigo devido a ações ou negligência dos/as pais/mães, tutores/as legais ou cuidadores/as. São elas a Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, também conhecida como Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Risco; a Lei n.º 14/2007, de 2 de março; e a Lei n.º 10/2012, de 18 de maio. Até abril de 2025, o casamento infantil não era explicitamente reconhecido pela lei como um fator de risco.

O Comité Nacional para Crianças e Jovens em Risco foi criado em 1998, juntamente com as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens a nível municipal. Estas comissões são responsáveis pela promoção dos direitos das crianças e pela proteção das que se encontram em risco. Até abril de 2025, as situações de casamento precoce ou forçado podiam ser classificadas em várias categorias de risco e ser objeto de ação por parte



destas comissões. No entanto, após a alteração da legislação sobre o casamento infantil, este passou a ser legalmente reconhecido como um fator de risco.

Por último, a Roménia é o país parceiro com a legislação mais recente. A Lei n.º 272/2004 é uma das peças legislativas mais importantes do país em matéria de proteção das crianças e inspira-se nos princípios fundamentais da CDC. Fornece um quadro sólido para a proteção das crianças contra abusos, incluindo os casamentos precoces e forçados, e exige que as autoridades públicas intervenham prontamente nos casos em que os direitos das crianças são violados.

A Convenção de Istambul foi também incluída na legislação dos quatro países. Em Portugal, por exemplo, o casamento forçado foi criminalizado em 2015 através da 38.ª alteração ao Código Penal. Além disso, a Lei nº 83/2015 estabeleceu a mutilação genital feminina (MGF) como uma infração penal autónoma, introduziu o crime de perseguição e reviu as disposições legais relativas à violação, coerção sexual e assédio sexual. Além disso, como o casamento forçado é considerado um crime público, tal como a violência doméstica e a MGF, o processo penal não depende da apresentação de uma queixa por parte da vítima.

Na Grécia, a Lei nº 4531/2018, que ratifica e implementa a Convenção, é o primeiro texto juridicamente vinculativo do país a reconhecer a violência baseada no género. As autoridades gregas estão a introduzir várias medidas políticas positivas para prevenir e combater a violência contra as mulheres e a violência doméstica. Estas incluem a criação de abrigos e centros de aconselhamento que prestam serviços essenciais às mulheres vítimas de violência baseada no género. Foram também introduzidos outros regulamentos para aplicar as disposições da Convenção de Istambul.

Através da Lei n.º 30/2016, a Roménia reconhece o casamento forçado como uma forma grave de violência contra as mulheres e impõe sanções severas para o mesmo. O país dispõe igualmente de uma lei (n.º 217/2003) sobre a prevenção e o combate à violência doméstica, que permite à polícia emitir imediatamente ordens de proteção às vítimas de violência doméstica. O Código Penal romeno criminaliza o abuso de crianças, a



exploração laboral e os casamentos forçados, impondo penas severas em caso de violação destes direitos.

Na Irlanda, a Lei da Violência Doméstica de 2018 foi promulgada para reunir e reforçar as leis relativas à violência doméstica. A Lei do Direito da Família de 2019 suprimiu as disposições que permitiam o casamento de menores de 18 anos com uma isenção judicial. Embora a Irlanda tenha tomado medidas legais para combater a coerção no casamento, o casamento forçado não é atualmente reconhecido como uma infração penal distinta ao abrigo da legislação irlandesa.

Em resposta à Resolução das Nações Unidas sobre Casamentos Infantis, Precoces e Forçados, o Governo português criou o seu primeiro Grupo de Trabalho para a Prevenção e Combate aos Casamentos Infantis, Precoces e Forçados (GTCIPF). O grupo foi incumbido de elaborar o Livro Branco sobre a Prevenção e o Combate ao Casamento Precoce e Forçado de Crianças, conforme mandato conferido pelo Despacho n.º 1498-A/2021, de 5 de fevereiro. O documento resultante apresenta uma série de recomendações.

Em 2020, Portugal aprovou também a Estratégia Nacional para os Direitos das Crianças 2021-2024 (ENDC 2021-2024), na qual a prevenção e o combate a todas as formas de violência contra e exercida por crianças e jovens é uma das prioridades, incluindo a exploração, o tráfico, o casamento precoce e forçado e a mutilação genital feminina. Uma das ações previstas no âmbito deste objetivo é a formação de profissionais sobre o casamento precoce e forçado e a mutilação genital feminina.

O Código Penal romeno criminaliza o abuso de crianças, a exploração laboral e os casamentos forçados, impondo penas severas às violações destes direitos. Os casamentos forçados são estritamente proibidos e os infratores enfrentam consequências legais. No entanto, o combate efetivo ao casamento precoce e à maternidade precoce continua a ser um desafio, sobretudo em comunidades vulneráveis onde as normas culturais e económicas dificultam a sua aplicação.



Na Grécia, o casamento forçado não é considerado um crime distinto em si mesmo, mas pode ser punido como fator agravante em crimes como a violação, a violência física e psicológica, o rapto voluntário ou involuntário e os crimes de honra. Embora o casamento de menores seja geralmente proibido, um tribunal pode autorizá-lo se existirem razões imperiosas para o fazer. O Comité das Nações Unidas para os Direitos da Criança recomendou ao Governo grego que sensibilizasse a população para os efeitos nocivos do casamento de menores, em especial a comunidade cigana e a minoria muçulmana da Trácia, e que encorajasse a denúncia de tais casamentos, a fim de criar sistemas de proteção para as vítimas.

II.1.3. Políticas nacionais com enfoque no casamento precoce e na maternidade precoce

Existem várias políticas relacionadas com os temas do casamento precoce e da maternidade precoce nos quatro países.

Todos os parceiros dispõem deste tipo de política, embora com designações diferentes, e tem o mesmo objetivo enquanto Estratégias Nacionais para a Igualdade. A maior parte das estratégias nacionais está ainda em curso.





No âmbito da Estratégia Nacional, Portugal está a implementar o Plano de Ação para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e à Violência Doméstica (PAVMD). Um dos objetivos estratégicos do PAVMD consiste em assegurar que todos os casos de mutilação genital feminina (MGF) e de casamentos infantis, precoces e forçados sejam identificados no âmbito do sistema de notificação e proteção e sejam objeto de processos de acompanhamento adequados.

A Estratégia para a Igualdade, a Diversidade e a Inclusão (2024-2026) na Irlanda identificou determinados grupos que requerem esforços específicos para promover um ambiente inclusivo. Um desses grupos é a comunidade cigana. No entanto, não é feita qualquer referência específica às mulheres ciganas, nem à questão do casamento e da maternidade precoces, que afeta particularmente as mulheres.

O Plano de Ação Nacional para a Igualdade de Género (ESDIF) para o período 2021-2025 está atualmente a ser implementado na Grécia. Este plano de ação dá prioridade à prevenção do casamento e da maternidade precoces, em especial entre as mulheres ciganas. Tem como objetivo informar a população cigana sobre os casamentos precoces e forçados, as disposições da legislação grega e os direitos da criança, e sensibilizar as comunidades ciganas para as consequências dos casamentos precoces/forçados.

A Estratégia Nacional Romena coloca uma ênfase significativa em questões que são particularmente relevantes para o projeto Roma Influencers Network, tais como assegurar a igualdade de acesso à educação para raparigas e rapazes. A educação, e especificamente a prevenção do abandono escolar, são vistas como formas de prevenir o casamento precoce e a maternidade na adolescência. A estratégia também aborda as normas culturais que perpetuam práticas prejudiciais, como o casamento precoce, e promove campanhas de sensibilização dirigidas às mulheres. Além disso, aborda a questão do casamento e da maternidade precoces em relação ao apoio às vítimas de violência baseada no género. Estão em vigor medidas de apoio para ajudar as mulheres e as raparigas que tenham sido vítimas de casamento forçado ou de maternidade precoce, frequentemente causados por pressões sociais ou económicas. As mulheres ciganas são consideradas um grupo prioritário devido à sua maior vulnerabilidade.



Dos quatro países envolvidos no projeto, Portugal é atualmente o único que não dispõe de uma Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas. No entanto, existia uma estratégia nacional até 2023, que foi prorrogada até 2024. Não estão disponíveis mais informações sobre esta questão.



A Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas Ciganas na Irlanda tem por objetivo criar uma sociedade segura, justa e inclusiva, na qual as pessoas ciganas possam ter uma vida saudável e plena. A estratégia inclui objetivos relacionados com áreas como o racismo e a discriminação, bem como a educação, a habitação, a saúde, o emprego, a igualdade de género, a cultura e a participação. Os principais grupos-alvo são as populações itinerantes e as pessoas ciganas. A estratégia dá especial ênfase às necessidades das mulheres ciganas no que respeita à igualdade de género e ao acesso a serviços como o apoio a vítimas de violência doméstica, serviços de saúde e habitação. A Irlanda está também a implementar a Estratégia de Educação para as populações itinerantes e ciganas (TRES) 2024-2030, que aborda as desigualdades educativas no seio destas comunidades.

A Estratégia Romena para a Integração das Pessoas Ciganas tem por objetivo reduzir a exclusão social das comunidades ciganas e melhorar o seu acesso aos serviços e recursos através de uma abordagem integrada. Inclui ações em áreas como a educação, a saúde, a habitação, o emprego e a luta contra a discriminação. Os principais grupos-alvo da



estratégia são as mulheres e as crianças, em especial as raparigas. Entre as prioridades para estes grupos contam-se a prevenção do casamento precoce, a redução das taxas de abandono escolar e a promoção da integração no mercado de trabalho.

Na Grécia, a estratégia nacional promove políticas orientadas para o desenvolvimento, a fim de prevenir e combater a pobreza e a exclusão social. Alinhada com os valores fundamentais da UE de igualdade de tratamento, direitos e oportunidades para todos, a Estratégia Nacional e Plano de Ação para a Inclusão Social dos/as Ciganos/as 2021-2030 dá prioridade à inclusão social, promovendo a coexistência harmoniosa, construindo confiança mútua e garantindo a participação igualitária da comunidade cigana na vida social, política, económica e cultural do país. Os principais domínios de intervenção são a habitação, a educação, a saúde e o emprego. Será dada especial atenção ao reforço das competências dos grupos ciganos mais vulneráveis, como as mulheres e os jovens, a fim de incentivar a sua participação ativa na sociedade local.

Na Grécia, a Estratégia Nacional promove políticas orientadas para o desenvolvimento para prevenir e combater a pobreza e a exclusão social. Alinhada com os valores fundamentais da União Europeia de igualdade de tratamento, direitos e oportunidades para todos/as, a Estratégia Nacional e o Plano de Ação para a Inclusão Social dos/as Ciganos/as 2021-2030 dá prioridade à inclusão social, promovendo a coexistência harmoniosa, construindo confiança mútua e garantindo a participação igualitária da comunidade cigana na vida social, política, económica e cultural do país. Os principais domínios de intervenção são a habitação, a educação, a saúde e o emprego. Será dada especial atenção ao reforço das competências dos grupos ciganos mais vulneráveis, como as mulheres e os/as jovens, a fim de incentivar a sua participação ativa na sociedade local.

Por último, a Estratégia Nacional portuguesa, que terminou em 2023, mas foi prorrogada até 2024, tinha como objetivo promover a igualdade entre homens e mulheres nas medidas de integração da comunidade cigana. Incluía ações que visavam a discriminação, a participação cívica, a educação, o emprego, a habitação, a saúde, a



mediação intercultural e a igualdade de género. As questões do casamento precoce e da maternidade precoce também foram abordadas.



II. 2. O que se sabe nos quatro países parceiros relativamente a casamento precoce e maternidade precoce

II. 2.1. O que dizem os números

Esta secção tem por objetivo apresentar uma panorâmica comparativa dos dados disponíveis sobre casamento e maternidade precoces nos quatro países parceiros. Em alguns casos, as informações fornecidas pelos parceiros não são comparáveis devido a diferenças nos anos abrangidos e no tipo de informação. Em geral, há também uma falta de estudos sobre o casamento e a maternidade precoces que possam fornecer informações exatas e comparáveis. Contudo, sempre que possível, a informação será apresentada num formato comparativo.

Relativamente aos casamentos precoces, os dados do Eurostat tornam possível a comparação. A tabela seguinte mostra o número de casamentos envolvendo raparigas menores de idade nos quatro países parceiros. Como se pode ver, existem diferenças substanciais entre os países. A Roménia é o país onde se regista o maior número de casamentos pela primeira vez com raparigas menores de 18 anos. Em todos os anos considerados, o número é consistentemente superior a 100. No entanto, o país tem registado uma tendência decrescente no número de casamentos de raparigas nestas faixas etárias.

Em geral, os números são muito mais baixos na Grécia e em Portugal³, mas Portugal continua a registar números mais elevados e uma tendência ascendente. De facto, ao longo dos anos considerados, Portugal tem registado um aumento do número de raparigas que se casam pela primeira vez em todos os grupos etários. Em comparação com a Grécia, Portugal regista um maior número de casamentos de raparigas de 16 anos.

A Grécia também registou um aumento, mas apenas entre as raparigas de 16 anos. Os casamentos de raparigas de 15 anos só se realizaram na Grécia, não tendo sido registados casos semelhantes em Portugal ou na Roménia.

³ Não está disponível informação relativa à Irlanda.



Tabela 1 – Primeiros casamentos de raparigas, por idade e país parceiro, 2021-2023

	Grécia	Irlanda	Portugal	Roménia
2021				
15 anos	6	n.a.	0	0
16 anos	9	n.a.	94	124
17 anos	37	n.a.	29	179
2022				
15 anos	2	n.a.	0	0
16 anos	14	n.a.	106	128
17 anos	27	n.a.	41	148
2023				
15 anos	4	n.a.	0	0
16 anos	17	n.a.	112	112
17 anos	22	n.a.	54	132

n.a. – Not available.

Fonte: Eurostat. Disponível em:

https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/demo_nsinagec_custom_16771466/default/table?lang=en

Tal como referido pelos parceiros do país, o casamento infantil é considerado aceitável em certas comunidades, nomeadamente entre a população cigana. De acordo com as informações fornecidas, os casamentos de menores são também comuns entre a minoria muçulmana na Grécia, que está sob a jurisdição do Mufti.

A literatura dos quatro países parceiros identificou várias razões, algumas das quais fortemente ligadas, que podem contribuir para o casamento precoce e justificá-lo:

Baixos níveis de escolaridade/ Abandono escolar

Normas culturais/ Necessidade de manter o casamento no seio do grupo

Pobreza

Perceções religiosas

Sociedade patriarcal

Forma de reduzir o peso económico da família/desejo de independência

A necessidade de controlar o comportamento sexual

Existência de normas sociais restritivas em relação ao papel da mulher



Os relatórios nacionais de cada país referiram igualmente as consequências do casamento precoce, que podem ser extremamente prejudiciais para as jovens. Os estudos nacionais que abordam esta questão salientam que as consequências físicas e psicológicas negativas do casamento precoce são inegáveis, formando um ciclo em que as causas e as consequências se reforçam mutuamente:

Abandono escolar

Gravidez precoce

Controlo social e isolamento

Abuso físico e sexual

Privação

Dependência financeira e psicológica da jovem mulher em relação ao marido/parceiro

Perda de liberdades

Depressão

Solidão

De acordo com o relatório português, a prevalência do casamento precoce pode estar subestimada, o que também se pode aplicar aos outros países parceiros. A subestimação deve-se às uniões informais, em especial no seio de certos grupos sociais, em que o “casamento” não é oficialmente registado, existindo antes relações “de facto”, ou seja, coabitação sem registo oficial. Estes acordos informais carecem muitas vezes de reconhecimento legal, o que suscita preocupações em matéria de heranças e reconhecimento social. Consequentemente, as pessoas que vivem em tais uniões podem ser vulneráveis de formas diferentes das que vivem em casamentos formalmente reconhecidos.

O casamento e a maternidade precoces são preocupações sérias para as raparigas, especialmente para as raparigas ciganas. Esta última ocorre frequentemente como consequência do primeiro. Os relatórios nacionais abordaram as questões relacionadas com este tema. Tal como o casamento precoce, a gravidez precoce constitui uma grave violação dos direitos das crianças.



Como se pode ver no quadro seguinte, a Roménia tem taxas de natalidade na adolescência substancialmente mais elevadas do que os outros três países. A Roménia tem a taxa mais elevada de nascimentos de raparigas menores de idade. Em 2023, foram registados 648 nascimentos de mães com menos de 15 anos de idade e 14 714 de mães com idades compreendidas entre os 15 e os 19 anos.

Tabela 2 – Taxa de nascimentos em adolescentes por 1,000 mulheres em 2021, por país (%)

	Taxa de nascimentos de mães adolescentes 10-14 anos	Taxa de nascimentos de mães adolescentes 15-19 anos
Grécia	0.48	7.44
Irlanda	0.01	4.41
Portugal	0.07	5.75
Roménia	1.43	33.89

Fonte: Our World in Data. Disponível em: <https://ourworldindata.org>

Relativamente a esta questão, é também possível identificar algumas causas subjacentes. Como já foi referido, ser mãe numa idade precoce está sobretudo associado ao casamento precoce. Nas comunidades ciganas, a maternidade precoce é considerada normal; por isso, tem um aspeto cultural subjacente. Como exemplo, o relatório português afirma que, em certas comunidades, a sexualidade está associada ao casamento e à procriação. Nestas comunidades, *‘a iniciação sexual e a procriação coincidem, pelo que a maternidade precoce não só é aceite, como também desejada’* (Relatório de Portugal). A persistência de normas culturais que apoiam o casamento precoce é também mencionada noutros relatórios nacionais.

Em geral, os países parceiros sublinham que a maternidade precoce afeta desproporcionadamente as raparigas de meios socioeconómicos desfavorecidos. Este fenómeno está intimamente ligado à pobreza, à vulnerabilidade, ao baixo nível de escolaridade, ao abandono escolar e a perspectivas limitadas de educação e emprego. Verifica-se também uma baixa utilização dos serviços pré-natais, associada à



desconfiança em relação aos prestadores de cuidados de saúde e/ou à falta de educação em matéria de saúde sexual e reprodutiva.

Tal como acontece com o casamento precoce, ser mãe numa idade jovem acarreta riscos, nomeadamente físicos, tanto para a jovem mãe como para o seu bebé recém-nascido.

Estas consequências são mencionadas nos relatórios nacionais, que remetem para estudos que refletem este aspeto. Apesar da informação limitada disponível sobre as comunidades ciganas, estes estudos sugerem que as raparigas ciganas são particularmente afetadas.

Uma consequência possível da maternidade precoce é um risco acrescido de ter um bebé com baixo peso à nascença, que é mais frequente nas comunidades ciganas. O quadro seguinte ilustra estas e outras consequências destacadas nos relatórios nacionais.

Bebé com baixo peso à nascença

Complicações obstétricas

Nascimentos prematuros

Problemas de saúde mental

Anomalias congénitas

Depressão pós-parto

Desinteresse e desmotivação pela escola

Mortalidade materna

Risco de nados-mortos

De facto, o casamento e a maternidade precoces são questões que continuam a merecer a atenção da comunidade. Continuam a ser comuns e são sinónimo de desigualdade, desvantagem social e pobreza. Podem também ter um impacto devastador na vida de muitas jovens raparigas. Mas, acima de tudo, violam os seus direitos. Nestes países parceiros, foram desenvolvidos muitos esforços para encontrar soluções e foco na prevenção. As campanhas e as sessões de sensibilização são mais importantes do que



nunca. É sabido que estes fenómenos são mais frequentes entre a comunidade cigana, o que exige uma intervenção significativa.

II. 3. As comunidades ciganas nos países parceiros

II.3.1 Caracterização geral das comunidades ciganas

Existem comunidades ciganas nos quatro países parceiros, embora sejam mais numerosas nuns do que noutros. Em alguns países, como Portugal, o número de pessoas de etnia cigana é apenas estimado, uma vez que a recolha de dados com base em características étnicas não é permitida.

É importante notar que a comunidade cigana na Irlanda é composta em grande parte por migrantes, principalmente da Roménia, bem como de outros países da UE e de países terceiros. Embora alguns indivíduos de etnia cigana vivam na Irlanda há muitos anos, a maioria é de chegada relativamente recente e não é originária da Irlanda.

O quadro seguinte apresenta uma panorâmica do número de pessoas de etnia cigana que vive em cada país parceiro. A Roménia tem a maior população cigana, com quase 570.000 pessoas, e, conseqüentemente, a maior proporção de pessoas ciganas na sua população total. Em contrapartida, a Irlanda tem o número mais baixo.

Tabela 3 – Número de pessoas ciganas e a sua proporção no total da população, por país

	Grécia	Irlanda	Portugal	Roménia
Número de pessoas ciganas	175,000 (estimativa)	16,059	52,000 (estimativa)	569,477
Proporção no total da população	1.5%	0.3%	0.5%	3.4%

Fonte: Relatórios nacionais.

Apesar das diferenças no número de pessoas de etnia cigana nestes países, existem várias características comuns às comunidades ciganas em todos eles. Estas comunidades encontram-se entre as mais desfavorecidas, vulneráveis e marginalizadas em todos os países parceiros do projeto.



II.3.1.1 A população cigana nos países parceiros: diferenças e semelhanças

Embora a dimensão e a proporção das comunidades ciganas nos países parceiros sejam diferentes, estas partilham muitas semelhanças. De um modo geral, enfrentam desafios e dificuldades semelhantes, o que as coloca entre os grupos mais suscetíveis de serem vítimas de discriminação e segregação nos quatro países.

Um conjunto de características que definem as pessoas de etnia cigana nos países em questão foi desenvolvido em seguida.

População mais jovem

Uma das principais características da população cigana nestes quatro países é o facto de ser tendencialmente mais jovem do que a população em geral. Também tendem a ter mais filhos por família.

Maior risco de pobreza

Este é um grupo que está particularmente em risco de pobreza. De acordo com o Relatório do Inquérito da FRA⁴ a pessoas cigana de 2021, 96 % da população cigana em Portugal e na Grécia está em risco de pobreza, em comparação com 78% na Roménia. No que diz respeito à privação material grave, 59% das pessoas ciganas portuguesas passam por essa situação.

As crianças estão entre os grupos mais vulneráveis. De acordo com o mesmo relatório, não há diferenças entre as raparigas e os rapazes ciganos nos países inquiridos, exceto na Roménia, onde 83% das raparigas ciganas vivem em risco de pobreza, em comparação com 75% dos rapazes ciganos.

⁴ The *Roma Survey 2021 – Main Results* only included data from Greece, Portugal and Romania. A Irlanda não está incluída neste inquérito.

https://fra.europa.eu/sites/default/files/fra_uploads/fra-2022-roma-survey-2021-main-results2_en.pdf



É na Grécia que, de acordo com o relatório do inquérito da FRA a pessoas ciganas de 2021, 84% vivem em situação de privação material grave, sendo esse valor o mais elevado entre os países inquiridos.

Privação habitacional

Uma percentagem significativa da população cigana vive em más condições de habitação. As situações de privação identificadas incluem viver em casas sem luz ou aquecimento, problemas de humidade, sobrelotação e falta de chuveiros ou casas de banho. Tal como referido no relatório português, as pessoas ciganas vivem geralmente em condições de habitação precárias e enfrentam sérios obstáculos quando procuram uma casa no mercado de arrendamento privado, o que as leva frequentemente a partilhar alojamentos sobrelotados.

De acordo com o mesmo inquérito, mais de metade dos agregados familiares ciganos (52%) sofrem de privação de habitação em todos os países da UE abrangidos. Em Portugal (66%), na Grécia (68%) e na Roménia (70%), as percentagens são mais elevadas, o que reflete as dificuldades das pessoas de etnia cigana. Outros aspetos presentes no relatório são as situações de sobrelotação. Neste caso, a Grécia apresenta a percentagem mais elevada, com 94% das pessoas de etnia cigana a viverem num agregado familiar que não tem o número mínimo de divisões. Em Portugal é de 83% e na Roménia de 87%.

Na Irlanda, os relatórios nacionais, principalmente elaborados por organizações da sociedade civil, sublinham os graves problemas de habitação enfrentados pelas comunidades ciganas. Estes incluem a discriminação generalizada no acesso a alojamento privado para arrendamento, a sobrelotação acentuada, as condições de vida precárias e os obstáculos ao acesso à habitação social. De acordo com o Relatório Anual 2024 da National Roma Infoline (Cairde, 2025), mais de 70% das chamadas recebidas para a Infoline foram feitas por ou em nome de ciganos em situação de sem-abrigo. Estes dados incluem indivíduos que vivem em alojamentos de emergência ou em



habitações privadas arrendadas em situação de sobrelotação. Estas conclusões sublinham o impacto desproporcionado da crise da habitação na Irlanda sobre as comunidades ciganas e a necessidade urgente de intervenções específicas no domínio da habitação.

Baixos níveis de escolaridade

Os diferentes relatórios nacionais sublinharam que as comunidades ciganas tendem a registar uma elevada taxa de abandono escolar antes de concluírem o ensino obrigatório. Têm também tendência a registar uma baixa taxa de participação no ensino secundário.

Como já foi referido, o casamento e a maternidade precoces são fatores importantes que influenciam o abandono escolar precoce, sobretudo entre as raparigas ciganas. Isto é particularmente evidente no relatório português, onde as raparigas ciganas enfrentam os maiores obstáculos quando entram na adolescência, ao contrário da população em geral. Espera-se que abandonem a escola e se preparem para o casamento.

O relatório irlandês afirma que a percentagem de pessoas ciganas com uma qualificação de terceiro nível é inferior à da população em geral. Também em relação ao relatório do inquérito a pessoas ciganas da FRA de 2021, a percentagem daquelas com idades compreendidas entre os 20 e os 24 anos que concluíram pelo menos o ensino secundário é muito baixa em comparação com a população em geral. Portugal é o país que apresenta a percentagem mais baixa (10%). Na Grécia este valor é de 16% e é na Roménia que a percentagem é mais elevada - 22%.

Discriminação

Os relatórios nacionais sublinharam que a população cigana enfrenta discriminação com base na sua identidade cigana em vários domínios. As questões mais comuns são o acesso à educação e aos cuidados de saúde, bem como ao emprego e à habitação no



setor do arrendamento privado. De acordo com o mesmo relatório da FRA, em média, um em cada quatro pessoas ciganas inquiridas (25 %) sentiu-se discriminada com base na sua origem étnica nos 12 meses anteriores ao inquérito. Portugal é o país com a percentagem mais elevada, com 62%, seguido da Grécia, com 53%. A Roménia apresenta 20%.

Situação de saúde precária

As más condições de saúde estão relacionadas com baixos níveis de educação e com a falta de conhecimentos sobre a prevenção de doenças e sobre os procedimentos nos pedidos de prestações de cuidados. Outros fatores incluem o isolamento geográfico, a incapacidade de aceder fisicamente aos serviços, a baixa utilização dos serviços pré-natais, a desconfiança em relação aos prestadores de cuidados de saúde, a falta de informação, a discriminação, a insensibilidade cultural, as barreiras financeiras e as barreiras linguísticas e de comunicação. No que se refere especificamente à maternidade precoce, o relatório romeno afirma que as raparigas que dão à luz numa idade jovem correm um risco acrescido de complicações médicas para si próprias e para os/as seus/suas bebés, incluindo elevadas taxas de mortalidade materna e infantil. A esperança de vida das pessoas ciganas é também inferior à da população em geral na Grécia, em Portugal e na Roménia, de acordo com o relatório do inquérito a pessoas ciganas da FRA. Em Portugal, as mulheres ciganas vivem menos 10 anos do que as mulheres não ciganas (9,7 anos na Grécia e 8,6 anos na Roménia).

Desemprego elevado

Os ciganos registam taxas de desemprego muito mais elevadas do que a população em geral. Enfrentam também obstáculos significativos no acesso ao mercado de trabalho formal, principalmente devido aos baixos níveis de escolaridade e de qualificações profissionais e à limitada experiência profissional. Como se afirma no relatório da Roménia, os baixos níveis de escolaridade limitam o acesso das raparigas à educação e,



consequentemente, as oportunidades de emprego e a independência económica. De acordo com um inquérito da IPSOS, a comunidade cigana era o segundo maior grupo étnico (a seguir à comunidade Traveller) que a maioria das pessoas considerava estar em desvantagem quando se candidatava a um emprego na Irlanda.

III. Ouvir as pessoas ciganas – Trabalho de campo com mulheres ciganas sobre casamento precoce e maternidade precoce

Para além do enquadramento legal e político, este relatório apresenta resultados recolhidos diretamente junto de mulheres ciganas através de entrevistas realizadas nos quatro países. O principal objetivo destas entrevistas foi o de obter informações sobre as práticas do casamento e maternidade precoces nas comunidades ciganas, tal como estabelecido na proposta do projeto.

Esta abordagem forneceu informações valiosas sobre as consequências destas práticas em relação a vários aspetos da vida das mulheres nos diferentes países. Permitiu também uma perspetiva comparativa, que é apresentada no presente relatório.

III. 1. Caracterização das participantes das entrevistas

No total, foram realizadas 184 entrevistas com mulheres ciganas no conjunto dos quatro países envolvidos no projeto ERASMUS+. A distribuição das entrevistas não foi igual entre todos os parceiros. As razões para esta distribuição desigual estão relacionadas com a dimensão da população cigana em cada país e a facilidade de acesso às potenciais pessoas a entrevistar. A distribuição das entrevistas por país é apresentada no quadro seguinte.

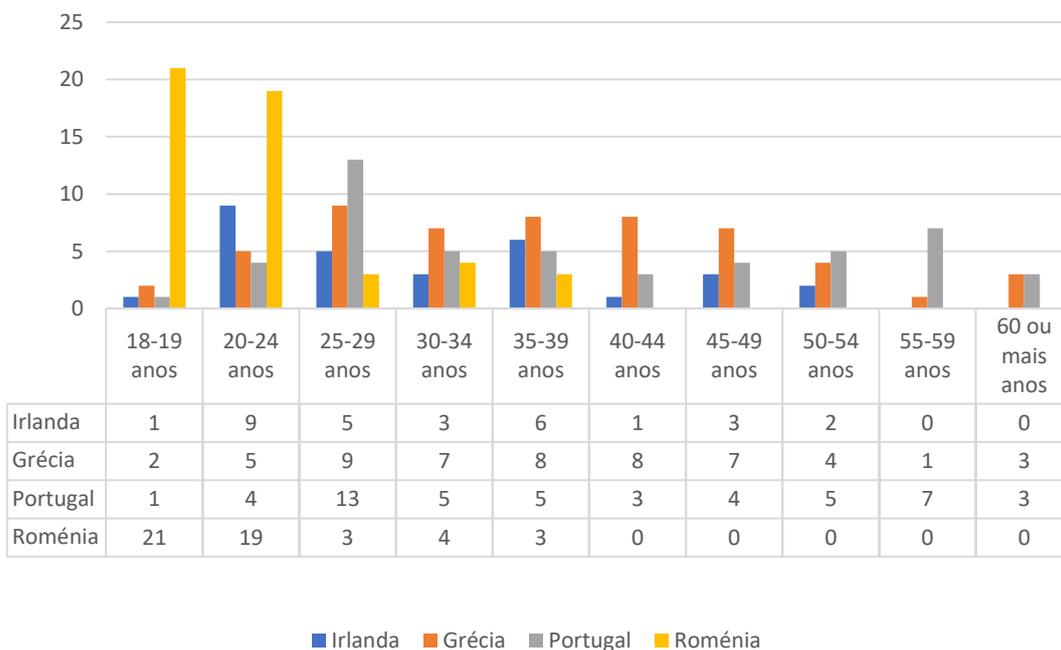
Tabela 4 – Número de entrevistas realizadas, por país

Irlanda	30
Grécia	54
Portugal	50
Roménia	50
Total	184



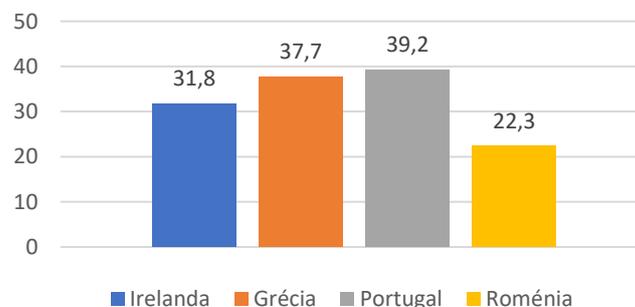
Em termos da idade das mulheres ciganas entrevistadas, a Roménia tinha as mulheres mais jovens de todos os países parceiros. O número de mulheres até aos 24 anos na Roménia foi muito mais elevado do que nos outros países, particularmente no grupo etário dos 18-19 anos. Por outro lado, Portugal foi o país que apresentou a mulher cigana mais velha entrevistada e um total de 15 mulheres com mais de 50 anos.

Figura 1 – Grupo etário das mulheres ciganas entrevistadas (Número absolutos)



A idade média das mulheres entrevistadas varia entre 39,2 anos em Portugal e 22,3 anos na Roménia.

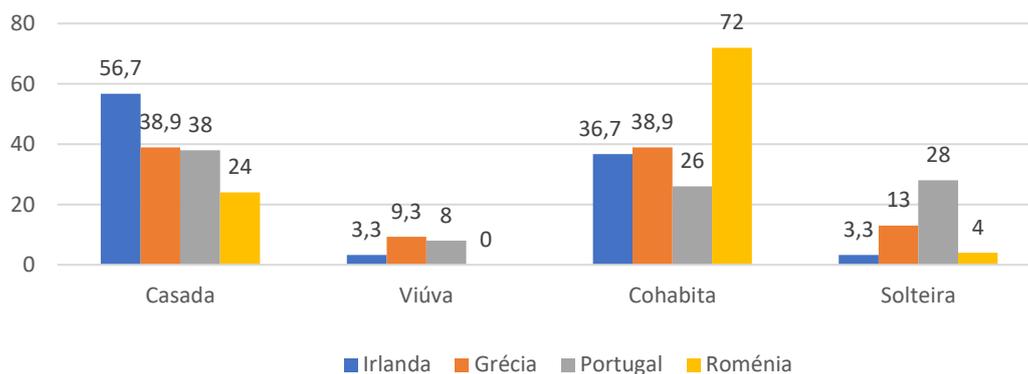
Figura 2 – Média de idades das mulheres ciganas entrevistadas, por país





Relativamente ao estado civil, a maioria das mulheres ciganas é casada ou vive em união de facto com os seus parceiros. A coabitação é mais frequente na Roménia, enquanto o casamento é mais comum na Irlanda. Em todos os países, o número de mulheres viúvas é reduzido. Portugal destaca-se como um país com uma elevada percentagem de mulheres solteiras.

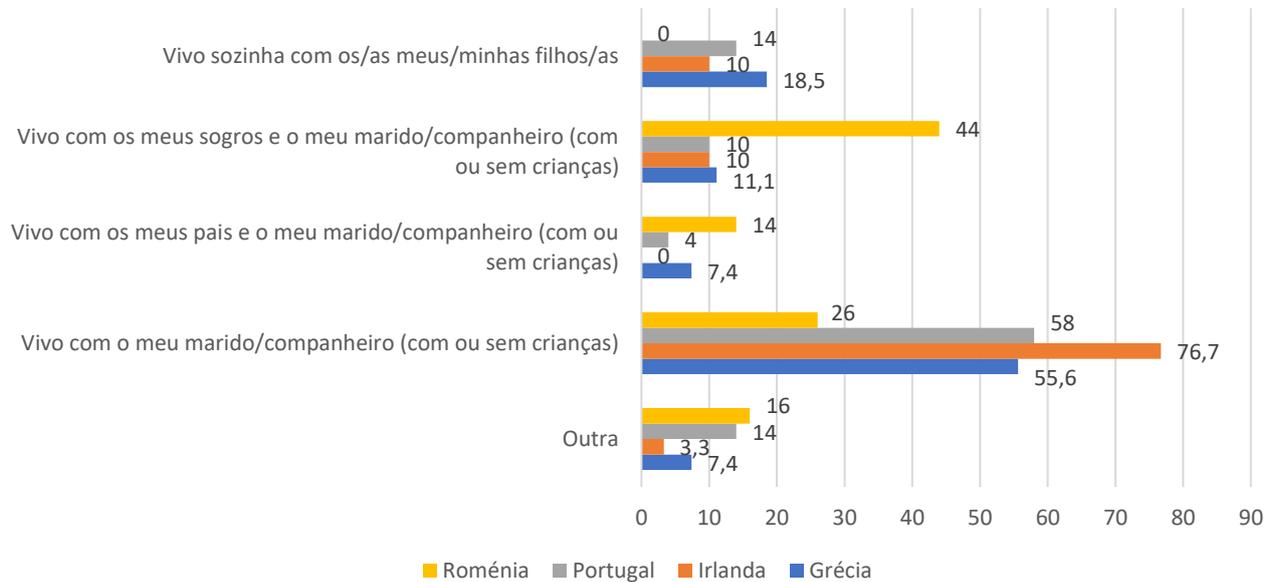
Figura 3 – Estado civil das mulheres ciganas entrevistadas, por país (%)



Do ponto de vista da composição familiar, a maioria das mulheres em quase todos os países vive com o seu marido ou companheiro (com ou sem filhos), o que corresponde a 51,6% dos casos. Esta percentagem é mais elevada na Irlanda (76,7%). Por outro lado, a percentagem mais elevada de mulheres que vivem com os maridos/companheiros e com os sogros encontra-se na Roménia (44%). Este facto está provavelmente relacionado com a idade das entrevistadas, que têm mais probabilidades de ainda viverem com os seus próprios familiares ou com os do marido. A Grécia, por outro lado, regista a percentagem mais elevada de mulheres que vivem sozinhas com os/as seus/suas filhos/as (18,5%).



Figura 4 – Com quem vivem as mulheres ciganas entrevistadas, por país (%)



Relativamente às suas áreas de residência, quase 68% de todas as entrevistadas vivem em zonas urbanas. Quase todas as mulheres que vivem em zonas urbanas, mas isoladas são também da Grécia (11 mulheres num total de 12). As zonas rurais são mais referidas pelas mulheres romenas (50%) e irlandesas (36,7%).

Tabela 5 – Áreas de residência das mulheres ciganas entrevistadas, por país

	Urbana		Urbana mas isolada		Rural		Rural mas isolada	
	%	N	%	N	%	N	%	N
Irlanda	50	15	3.3	1	36.7	11	3.3	2
Grécia	64.8	35	20.4	11	1.9	1	13	7
Portugal	80	40	-	-	20	10	-	-
Roménia	50	25	-	-	50	25	-	-
Total	62.5	115	6.5	12	25.5	47	4.9	9

Nota: A Irlanda registou uma 'não resposta'.

Relativamente às condições de habitação, em geral a maioria das mulheres ciganas (59%) vive em casas e/ou zonas muito carenciadas. Este facto foi particularmente expresso pelas mulheres gregas (92,6%) e portuguesas (76,6%). Na Roménia, para além



destas condições (34%), uma parte substancial das mulheres entrevistadas (40%) vive em condições precárias. Na Irlanda, a maioria destas mulheres ciganas vive em casas sobrelotadas (55,6%), mas 37% referem viver em boas condições de habitação, sendo, juntamente com Portugal (6,4%), os dois países que referem esta situação específica.

Relativamente à tipologia da habitação, a habitação social é o tipo mais referido pelas mulheres inquiridas em Portugal (78%) e na Irlanda (63,3%)⁵. Na Grécia, a maioria das mulheres ciganas entrevistadas (68,5%) vive em condições precárias em barracas, bairros de lata ou povoações degradadas. No entanto, este é também o país com a maior percentagem de mulheres a viver em apartamentos ou casas fora da habitação social, em condições semelhantes às da população em geral (31,5%).

A Roménia apresenta uma maior distribuição entre os diferentes tipos de habitação. Um total de 44% vive em habitações precárias, enquanto 36% vive em bairros de habitação social. De notar que sete mulheres na Irlanda vivem em alojamentos de emergência, sendo o único país a registar esta situação. Embora não seja possível confirmar através da informação recolhida junto das mulheres ciganas entrevistadas, com base na informação de base, é importante sublinhar que muitas das mulheres entrevistadas na Irlanda viveram a situação de sem-abrigo em algum momento das suas vidas no país.

É também importante sublinhar que muitas mulheres ciganas na Irlanda não são irlandesas nativas e são, de facto, migrantes, principalmente da Roménia ou de outros países da União Europeia. Este facto distingue o contexto irlandês dos outros países parceiros, onde os participantes ciganos são geralmente cidadãos do Estado em que residem, e acrescenta uma camada extra de complexidade às suas experiências.

⁵ Estes números baseiam-se nas respostas dos/as participantes neste estudo específico e não devem ser considerados representativos de toda a população cigana na Irlanda.



Tabela 6 – Tipo de habitação de residência das mulheres ciganas entrevistadas, por país

	Apartamento/casa em bairro de habitação social		Apartamento/casa (não de habitação social) em condições similares à população geral (arrendada ou comprada)		Habitação precária em bairro de lata / barraca / localidades degradadas		Acomodação de emergência	
	%	N.	%	N.	%	N.	%	N.
Irlanda	63.3	19	13.3	4	0	0	23.3	7
Grécia	0	0	31.5	17	68.5	37	0	0
Portugal	78.0	39	20	10	2.0	1	0	0
Roménia	36.0	18	20.0	10	44.0	22	0	0
Total	46.7	86	16.8	41	32.6	60	3.8	7



III. 2. O que dizem as mulheres sobre o casamento (precoce)⁶

Como já foi referido, a maioria das mulheres ciganas é casada ou vive em união de facto com os seus parceiros.

Em termos da forma como os casamentos (ou uniões) tiveram lugar e foram celebrados, 63% das mulheres referiram que o seu casamento ou união foi celebrado de acordo com a tradição cigana. Este número demonstra o importante papel que as tradições desempenham nestas comunidades, particularmente no que diz respeito ao casamento, que não é meramente considerado uma união entre indivíduos, mas está também profundamente enraizado no tecido social e envolve acordos que se alinham com as normas da comunidade.

O casamento tradicional cigano é particularmente evidente na Grécia (77%) e na Irlanda (72%). Em Portugal e na Roménia, embora uma percentagem mais elevada de mulheres tenha casado nestas circunstâncias (58% e 48%, respetivamente), uma proporção significativa também afirmou que não era esse o caso. Nos quatro países, a maioria das mulheres respondentes de etnia cigana não referiu a realização de uma cerimónia religiosa nem de um registo civil.

Para além disso, quase todas as mulheres estão ou estiveram numa união tipicamente endogâmica com um homem de etnia cigana, o que tende a preservar a continuidade cultural e a reforçar a identidade do grupo.

Na Grécia e na Irlanda é evidente que a maioria dos casamentos resultou de acordos familiares, representando 57% e 59% dos casos, respetivamente, seguidos de “conhecia-o desde a infância”.

Em Portugal, os acordos familiares continuam a ser uma razão importante (25%), mas surgem outras circunstâncias, tal como na Roménia, onde os acordos familiares representam a percentagem mais baixa (8%). No entanto, a importância da família e das

⁶ Apenas mulheres casadas (incluindo viúvas) ou em coabitação, ou seja 160, estão incluídas nesta secção.



relações próximas (amigos, eventos familiares, casamentos e relações de vizinhança) é evidente em todos os casos, e estas são fundamentais para encontrar um marido.

Tabela 7 – Onde as mulheres ciganas entrevistadas conhecerem os seus maridos/companheiros, por país

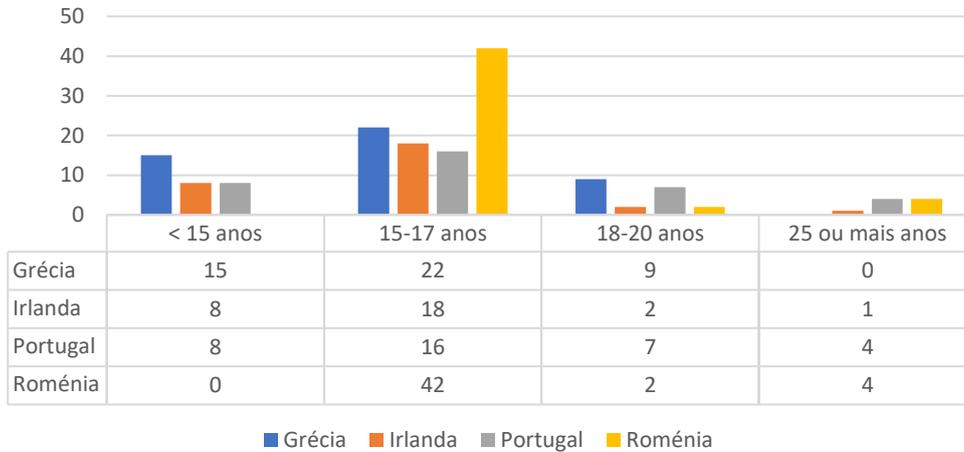
	Grécia		Irlanda		Portugal		Roménia	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Foi um acordo familiar	27	57.4	17	58.6	9	25	4	8.3
Conhecia-o desde a minha infância	7	14.9	6	20.7	9	25	4	25
Conheci-o no casamento de outra pessoa	3	6.4	0	0	2	5.6	4	8.3
Conheci-o na escola	3	6.4	0	0	2	5.6	6	12.5
Através das redes sociais	2	4.3	1	3.4	2	5.6	1	2.1
Conheci-o através de amigos	0	0	2	6.9	3	8.3	4	8.3
Conheci-o através de familiares	1	2.1	0	0	2	5.6	7	14.6
Vive no mesmo bairro	1	2.1	2	6.9	1	2.8	4	8.3
Conheci-o numa festa/reunião familiar	1	2.1	0	0	0	0	2	4.2
Prefiro não responder	0	0	0	0	0	0	1	2.1
Outra	1	4.3	1	3.4	6	16.7	3	6.3

Nota: As seis outras situações em Portugal são muito diferenciadas.

A maioria das mulheres ciganas entrevistadas casou ou estabeleceu uma união de facto quando eram menores, independentemente do país. A Grécia surge como o país com o maior número de mulheres entrevistadas que casaram com menos de 15 anos (15 mulheres). A Irlanda e Portugal têm oito inquiridas nas mesmas circunstâncias, enquanto a Roménia não tem nenhuma. No entanto, o grupo etário entre os 15 e os 17 anos é o que apresenta o maior número de mulheres que casaram nessa idade, especialmente na Roménia.



Figura 5 – Idade no casamento/início da coabitação, por país



Estas informações mostram que existe uma tendência para o casamento precoce nestas populações, independentemente do país de origem. Para as mulheres, em particular, o casamento é visto como um rito de passagem da infância para a idade adulta, num mundo onde a infância é curta e a adolescência é quase não existente. Esta transição precoce para a vida de casada está frequentemente associada a noções de honra e pureza, sendo a virgindade muito valorizada na altura do casamento (Magano, 2022).⁷

Desde tenra idade, as raparigas são socializadas com a expectativa de um casamento precoce. Por isso, não é de estranhar que a vontade das mulheres seja a principal razão apontada para o casamento ou a coabitação, nomeadamente em Portugal (83%) e na Irlanda (76%).

No entanto, para além da vontade própria, há também a consciência de que existe uma pressão exercida pelas famílias para que o casamento se realize. Esta perspetiva é evidente na Irlanda.

Outra razão importante é o facto de ser considerada normal nas comunidades ciganas o casamento ter lugar numa idade jovem. Este facto não só legitima os casamentos precoces, como também sugere que o livre arbítrio pode ser limitado por essa norma.

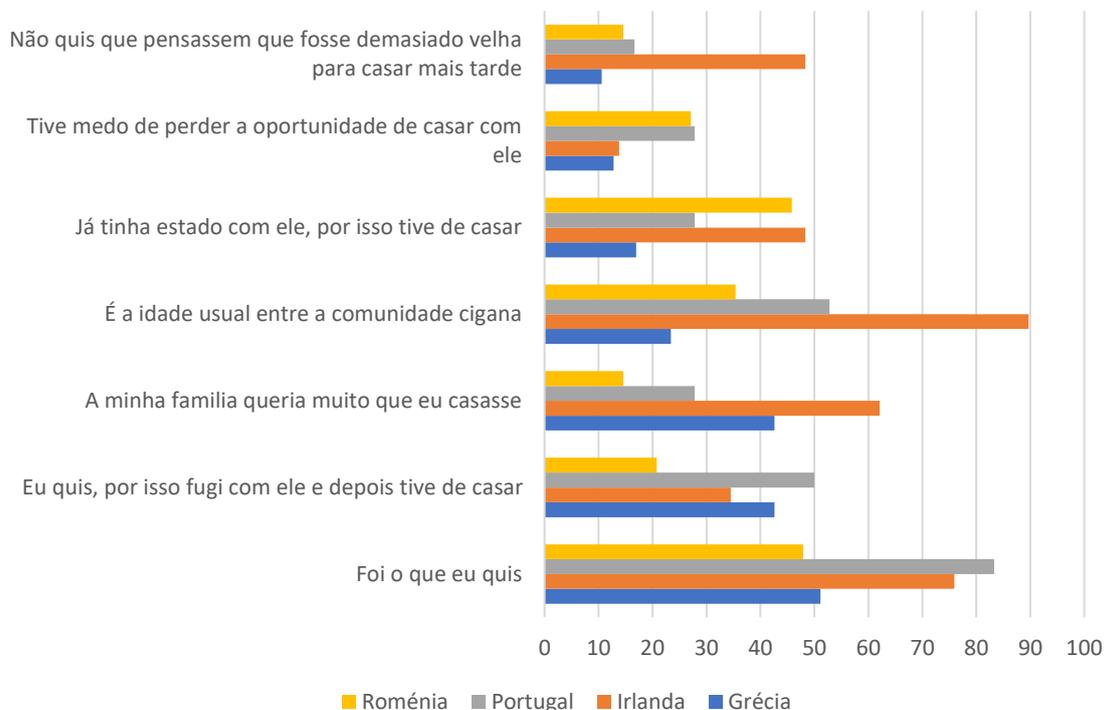
⁷ Magano, O. (2022). Emancipation Life Paths of Portuguese Cigano/Roma Women. *Social Sciences*, 11(6), 237.



Este facto foi particularmente mencionado na Irlanda (90%) e também em Portugal (53%).

A existência de relações pré-matrimoniais foi também mencionada como uma razão para casar, particularmente na Irlanda e na Roménia. O casamento foi também mencionado em relação a situações de fuga por metade das mulheres ciganas em Portugal. Tendo em consideração o trabalho já desenvolvido com as comunidades ciganas, em Portugal acontece por vezes que fugir para casar é uma nova forma de escapar às despesas (e requisitos de desempenho) de um casamento tradicional.

Figura 6 – Razões para ter casado com essa idade, por país⁸



O casamento em idades jovens ainda é comum nas comunidades ciganas e muitas mulheres afirmaram que queriam casar-se cedo na vida. No entanto, quando questionadas sobre este assunto, mais de metade das mulheres inquiridas nos quatro países disseram que preferiam ter esperado um pouco mais.

⁸ Respostas múltiplas.



Em todos os países, exceto em Portugal, mais de 60% das mulheres têm esta opinião. No entanto, há ainda algumas mulheres que, se voltassem atrás, casar-se-iam com a mesma idade. Este grupo é particularmente evidente em Portugal, onde 42% das mulheres se casariam com a mesma idade.

As famílias destas mulheres reagiram de forma diferente aos seus casamentos.

Em geral, pode dizer-se que o casamento das suas filhas foi recebido com reações maioritariamente positivas - alegria e felicidade foram os sentimentos mais dominantes.

Relativamente mais mulheres ciganas na Irlanda tiveram reações de alegria por parte das suas famílias (76%). No extremo oposto está a Roménia, onde apenas 31% (15 mulheres) das mulheres ciganas referiram este facto.

Na Grécia, Irlanda e Portugal, a alegria na reação está associada ao facto de a *família já conhecer e confiar no rapaz*. Por outro lado, 23 mulheres ciganas (79%) na Irlanda, indicaram que o casamento/união era esperado e faz parte da vida nas suas comunidades.

No entanto, as respostas também revelaram algumas preocupações e inconsistências. A Roménia é o país com as respostas mais desfavoráveis.

De facto, algumas mulheres ciganas referiram que a primeira reação das suas famílias foi de desaprovação:

'Eles estavam zangados comigo porque não escolheram o meu marido.' Mulher cigana, 24 anos, Roménia.

'Eu não tinha apoio da família, mas fiz o que achei que era correto para mim.' Mulher cigana, 18 anos, Roménia.

'Foi difícil para mim porque os meus pais não me deram a bênção.' Mulher cigana, 18 anos, Roménia.



Portugal destaca-se pelo número de mulheres que dizem ter fugido antes de se casarem ou de irem viver juntas. Nestes casos, a reação à união também não foi a melhor.

Tabela 8 – Reação da família ao casamento, por país⁹

	Grécia		Irlanda		Portugal		Roménia	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Com muita alegria	59.6	28	75.9	22	61.1	22	31.3	15
Ficaram felizes porque conheciam o meu parceiro e confiavam nele	38.3	18	72.4	21	50	18	29.2	14
Com normalidade	29.8	14	79.3	23	44.4	16	16.7	8
Ficaram preocupados porque era muito nova	23.4	11	27.6	8	36.1	13	25	12
Ficaram preocupados porque eu conheci-o nas redes sociais	4.3	2	3.4	1	2.8	1	2.1	1
Ficaram preocupados porque nós fugimos	19.1	9	27.6	8	47.2	17	16.7	8
Ficaram preocupados porque não o conheciam nem à sua família	19.1	9	24.1	7	19.4	7	14.6	7
Outra	10.5	5	10.3	3	5.6	2	33.3	6

Nota: A categoria 'Outra' está sobretudo relacionada com várias reações desfavoráveis que não se enquadram nas categorias existentes

Antes do casamento, a maioria das mulheres ciganas entrevistadas vivia com os/as pais/mães, cuidando da família e da casa, particularmente na Grécia (60%), Irlanda (59%) e Roménia (52%). Em Portugal, 42% das entrevistadas estavam a estudar, a percentagem mais elevada dos quatro países parceiros, seguida de perto pela Irlanda (41%).

Além disso, antes do casamento, havia uma prevalência de 19% de mulheres ciganas trabalhadoras na Grécia, 14% em Portugal e 10% na Roménia.

Não é surpreendente que um grande número de mulheres entrevistadas (139 mulheres - 87%) sinta que o seu casamento mudou as suas vidas. As percentagens mais elevadas de mulheres com uma opinião contrária são as da Grécia e da Roménia (21% e 19%, respetivamente).

⁹ Respostas múltiplas.



As opiniões não são unânimes entre as que mencionaram mudanças nas suas vidas em resultado do casamento.

As mulheres ciganas portuguesas (76%) expressaram particularmente um sentimento de maior liberdade após o casamento. Em Portugal, o casamento também trouxe simultaneamente sentimentos de respeito (67%), uma sensação de ter voz na comunidade (64%) e uma perceção de ganhar estatuto ao assumir o papel de esposa (73%). Esta última mudança é também evidente entre 90% das mulheres ciganas que vivem na Irlanda.

Ir viver com os/as sogros/as é uma mudança comum mencionada, sobretudo, pelas mulheres ciganas gregas (59%), portuguesas (76%) e pelas mulheres ciganas que vivem na Irlanda (86%).

Isto revela que as mulheres não ganham necessariamente mais liberdade com o casamento, mas perdem-na - a Grécia registou a maior percentagem de mulheres que afirmaram explicitamente este facto (35%). Isto não se deve apenas ao facto de irem viver com os/as sogros/as, mas também ao facto de terem abandonado a escola (66% na Irlanda) e de terem deixado de trabalhar (33% em Portugal; 32% na Roménia).

Na Roménia, é de salientar que 53% das mulheres afirmaram que começaram a sentir-se pressionadas a ter filhos depois de se casarem. Por outro lado, cerca de metade das mulheres ciganas romenas entrevistadas referiu as dificuldades da vida conjugal.

'Nunca imaginei que fosse tão difícil'. Mulher cigana, 18 anos, Roménia.

'Tinha medo de não me conseguir gerir a casa enquanto mulher. Não estava preparada para me casar.' Mulher cigana, 24 anos, Roménia.



Tabela 9 – Forma como o casamento mudou a vida da mulher, por país¹⁰

	Grécia		Irlanda		Portugal		Roménia	
	%	N	%	N	%	N	%	N
Deu-me mais liberdade	45.9	17	31	9	75.8	25	0	0
Comecei a sentir-me mais respeitada	27	10	58.6	17	66.7	22	2.6	1
Comecei a sentir que tinha voz na comunidade	16.2	6	34.5	10	63.6	22	0	0
Deixei de ser filha de alguém para passar a ser esposa de alguém	32.4	12	89.7	26	72.7	24	7.9	3
Perdi a minha liberdade	35.1	13	51.7	15	21.2	7	18.4	7
Deixei de poder ir à escola	21.6	8	65.5	19	33.3	11	26.3	10
Deixei de trabalhar	5.4	2	24.1	7	33.3	11	31.6	12
Fui viver com os/as sogros/as	59.5	22	86.2	25	75.8	25	18.4	7
Comecei a sentir pressão para ter filhos/as	16.2	6	24.1	7	18.2	6	52.6	20
Outra	0	0	13.8	4	0	0	57.9	22

¹⁰ Respostas múltiplas.

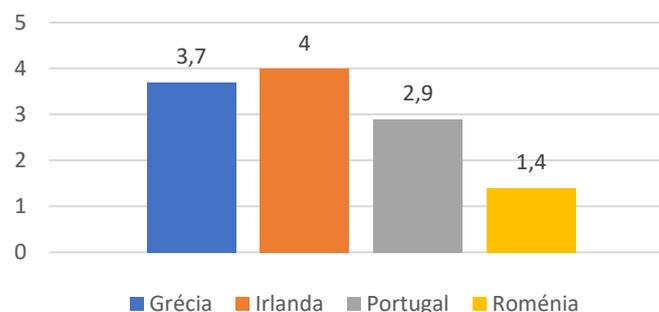


III. 3. Maternidade

É do conhecimento geral entre aqueles que trabalham com comunidades ciganas, que a maternidade desempenha um papel central e é profundamente respeitado, servindo tanto como uma pedra angular cultural como um símbolo de identidade e continuidade. Em muitas culturas ciganas, tornar-se mãe é visto como um marco importante, assinalando a plena participação da mulher na vida da comunidade e reforçando o seu estatuto e influência dentro da estrutura familiar. Através da maternidade, as mulheres ciganas desempenham um papel não só na educação dos/as filhos/as, mas também na preservação das tradições e dos valores ao longo das gerações.

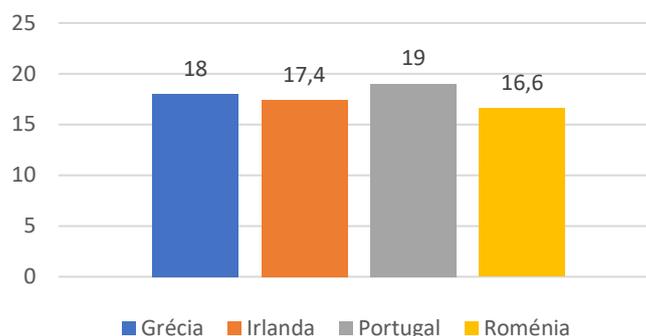
Todas as mulheres ciganas inquiridas de todos os países parceiros têm filhos/as. No total, a média de filhos/as por mulher é de 2,9. A Irlanda regista o número médio mais elevado de filhos/as por mulher. Em contrapartida, a Roménia tem a média mais baixa. No entanto, é importante notar que as pessoas entrevistadas na Roménia tendem a ser mais jovens do que as entrevistadas nos outros países.

Figura 7 – Número médio de filhos/as por mulher entrevistada, por país



Como já foi referido, a maioria destas mulheres casou-se e foi mãe numa idade muito jovem. Em média, as mulheres tiveram o/a seu/sua primeiro/a filho/a aos 17,8 anos. Portugal tem a idade média mais elevada (19 anos), enquanto a Roménia tem a mais baixa (16,6 anos).

Figura 8 – Idade media das mulheres entrevistadas ao nascimento do/a primeiro/a filho/a, por país



Mais especificamente, a maioria dos nascimentos ocorreu antes dos 20 anos de idade. No entanto, a maioria das mulheres ciganas entrevistadas teve o/a seu/sua primeiro/a filho/a quando eram menores de idade e, na maioria dos casos, antes dos 15 anos, com exceção da Roménia. As mães mais jovens, com 13 anos, foram encontradas entre as mulheres gregas, portuguesas e mulheres ciganas que vivem na Irlanda. As mulheres portuguesas de etnia cigana são o grupo de mulheres que tiveram o/a seu /sua primeiro/a filho/a mais tarde, com um total de 14 mulheres a dar à luz depois dos 21 anos de idade. No entanto, a mulher mais velha a dar à luz o/a seu/sua primeiro/a filho/a foi na Grécia.

Tabela 10 – Idade da mulher ao nascimento do/a seu/sua primeiro/a filho/a, por país (Números absolutos)

	<= 15 anos	16-17 anos	18-20 anos	21-24 anos	25-28 anos	29-30 anos	>= 31 anos
Grécia	11	16	19	6	1	0	1
Irlanda	6	14	7	1	2	0	0
Portugal	8	13	15	11	2	1	0
Roménia	0	46	4	0	0	0	0

A maioria das gravidezes não foi planeada (133 mulheres - 72%). No entanto, Portugal é o único país que contraria esta tendência, com 60% das mulheres a declararem que a sua gravidez foi planeada. A Roménia apresenta a taxa mais elevada de gravidezes não planeadas (96%).



Tal como acontece com a idade de casamento, a maioria das mulheres teria preferido esperar mais tempo para ser mãe. A exceção é Portugal, onde a maioria das mulheres (54%) está satisfeita com a idade em que teve o/a seu/sua primeiro/a filho/a. As mulheres romenas são as que mais manifestam a sua preferência por esperar mais tempo, com 80% de respostas afirmativas.

Para aquelas que preferiam ter esperado um pouco mais, a razão mais comum em todos os países está relacionada com o facto de as mulheres entrevistadas não se sentirem preparadas para serem mães. Este facto foi expresso por 72 mulheres. Especialmente na Irlanda, o facto de se tornarem mães numa idade jovem é visto como um desafio e um desalento para muitas raparigas, uma vez que, na altura, a maioria delas era menor de idade: *'Eu não sabia como cuidar devidamente do meu filho, era a família do meu marido que tratava da educação do meu filho.'*

Não estar preparada para ser mãe é uma razão comum, embora a percentagem varie de país para país.

O mesmo aconteceu com as mulheres que manifestaram vontade de continuar a estudar durante mais tempo. Na Irlanda, por exemplo, quase 90% das mulheres respondentes referiram o desejo de continuar a estudar, enquanto 78% manifestaram o desejo de frequentar a universidade. Uma elevada percentagem de mulheres em Portugal e na Roménia também mencionou este motivo, considerando a educação como a área mais afetada pela maternidade.

A ideia de que a maternidade significa o fim da infância é também expressa pelas mulheres que afirmaram que gostariam de ter mais tempo para brincar, nomeadamente na Irlanda e em Portugal (67% e 63%, respetivamente): *'Em primeiro lugar, as raparigas não têm infância. Aprendem a tomar conta de crianças antes de aprenderem a ler ou a escrever. Temos de deixar de tratar as raparigas como se fossem pais. Elas deviam poder desfrutar da sua infância, porque basicamente pensam que terão mais liberdade quando se casarem.'* Mulher cigana a viver na Irlanda, 53 anos.



Outro aspeto que deve ser destacado é o facto de na Roménia 17 (37,8%) mulheres terem referido que os/as seus/suas filhos/as nasceram com baixo peso, o que representa uma diferença significativa em comparação com os outros países.

Tabela 11 – Razões para preferirem esperar mais tempo para terem filhos/as, por país¹¹

	Grécia		Irlanda		Portugal		Roménia	
	%	N	%	N	%	N	%	N
Gostaria de ter frequentado a escola durante mais tempo	16.2	6	88.9	16	73.7	14	57.8	26
Gostaria de ter ido para a faculdade	16.2	6	77.8	14	26.3	5	18.8	9
Gostaria de ter tido mais tempo para brincar	13.5	5	66.7	12	63.2	12	4.4	2
Penso que não estava preparada para ser mãe	59.5	22	72.2	13	57.9	11	54.2	26
Como não sabia como cuidar do/a meu/minha filho/a de forma adequada, foi a família do meu marido que assumiu os seus cuidados	18.9	7	55.6	10	36.8	7	11.1	5
Tive problemas de saúde depois da minha gravidez	2.7	1	16.7	3	10.5	2	20	9
Tive problemas de saúde mental depois da minha gravidez	5.4	2	16.7	3	15.8	3	0	0
Foi-me dito várias vezes que não tinha idade suficiente para ser mãe	18.9	7	55.6	10	36.8	7	8.9	4
O bebé nasceu prematuro	2.7	1	11.1	2	0	0	2.2	1
O bebé nasceu com baixo peso	0	0	22.2	4	5.3	1	37.8	17
Outra	32.4	12	11.1	2	0	0	33.3	15

Foram expressas outras opiniões diversas, tais como a descrição da maternidade como sendo muito exigente em termos de tempo e energia. Esta situação é muito evidente na Grécia e na Roménia:

'Dá muito trabalho: Estava cansada do trabalho. Não conseguia lidar com a maternidade'. Mulher cigana, 71 anos, Grécia.

'Estava sozinha. Tinha de trabalhar muito.' Mulher cigana, 40 anos, Grécia.

¹¹ Respostas múltiplas.



'No início, foi muito avassalador. Não sabia o que esperar.' Mulher cigana, 24 anos, Roménia.

'Ser mãe é lindo, mas também é cansativo.' Mulher cigana, 18 anos, Roménia.

Tradicionalmente, nas comunidades ciganas, o nascimento de uma criança não é apenas um assunto privado da família, mas um acontecimento comunitário que reforça os laços sociais.¹²

Por isso, o nascimento de uma criança é um grande acontecimento e a reação das famílias é, em geral, muito positiva. Esta ideia reflete-se na maioria das opiniões das mulheres ciganas em todos os países, exceto na Roménia. De facto, a Roménia é o país com a percentagem mais baixa de mulheres (30%) que descrevem uma *'grande alegria'* como reação da família à sua gravidez. Na Irlanda, quase todas as famílias reagiram normalmente (93,3% - 28) à gravidez porque esta é esperada quando uma rapariga se casa ou começa a viver com o seu parceiro. É o passo natural seguinte.

Outro aspeto mencionado pelas mulheres ciganas como um facto positivo é a ajuda que receberam nesta nova fase das suas vidas, nomeadamente no que diz respeito às mulheres ciganas que vivem na Irlanda e às mulheres ciganas portuguesas e romenas, embora neste último caso em menor escala. O facto de um número significativo de mulheres viver com membros da família, especialmente com a família do marido, torna possível que estas mulheres recebam alguma ajuda nesta fase exigente das suas vidas.

Contudo, no caso romeno, de acordo com a maioria das opiniões das mulheres ciganas, as reações das famílias estavam mais relacionadas com sentimentos de preocupação. Estas preocupações estavam relacionadas com a idade das mulheres na altura da gravidez (38% - 19), a sua saúde (32% - 16), e a forma de gerir a gravidez e as suas vidas após o parto. As reações negativas também foram incluídas na categoria *'outros'*.

¹² Ver: Rozvitok Human Rights Foundation. (2017). *Romani Customs and Traditions: Birth*. Disponível em <https://rozvitok.org/en/romani-customs-and-traditions-birth/>.

Alguns exemplos são apresentados de seguida:

'Eles estavam preocupados com o facto de não conseguirmos lidar com o dinheiro.' Mulher cigana, 20 anos, Roménia.

'Eles estavam preocupados que não conseguíssemos lidar com as crianças.' Mulher cigana, 31 anos, Roménia.

Tabela 12 – Reações da família face à gravidez, por país (%)¹³

	Grécia		Irlanda		Portugal		Roménia	
	%	N	%	N	%	N	%	N
Com muita alegria	79.6	43	80	24	94	47	30	15
Com normalidade	35.2	19	93.3	28	46	23	12	6
Estavam preocupados por ser muito nova	18.5	10	26.7	8	24	12	38	19
Estavam preocupados com a minha saúde	14.8	8	26.7	8	24	12	32	16
Ofereceram-se para ajudar	20.4	11	83.3	25	82	41	40	20
Outra	5.6	3	20	6	2	1	48	24

O período que se segue ao parto, conhecido como o período pós-parto, é uma altura de profunda mudança para as novas mães - física, emocional e mentalmente. Embora seja repleto de alegria, também traz desafios. O apoio familiar durante este período não é apenas útil; é muitas vezes essencial para o bem-estar da mãe e do bebé.

Neste sentido, 146 mulheres ciganas (79%) dos quatro países afirmaram ter recebido ajuda depois de darem à luz o/a seu/sua primeiro/a filho/a. Três países apresentaram percentagens de 80% ou mais relativamente a este aspeto. Na Roménia, contudo, é importante referir que 34% (17) das mulheres entrevistadas não receberam qualquer ajuda.

Relativamente às mulheres que referiram ter recebido ajuda nesta fase específica das suas vidas, existem algumas diferenças no que diz respeito a quem ajudou. Na Irlanda (88% - 21), em Portugal (80% - 35) e na Grécia (76% - 34), o marido/companheiro foi o

¹³ Respostas múltiplas.



principal prestador de ajuda. Este facto pode significar uma mudança de comportamento e uma maior assunção por parte dos homens das suas responsabilidades como pais.

As mães das inquiridas também prestaram um apoio importante, sobretudo no caso das mulheres gregas (76%, ou seja, 34 mulheres) e romenas (79%, ou seja, 11 mulheres).

As famílias dos maridos foram especialmente referidas pelas mulheres gregas (62%, 28) e pelas mulheres ciganas residentes na Irlanda (63%, 15).

III. 4. Tornar-se mãe – os sentimentos mudam

Para as mulheres entrevistadas, a maternidade foi descrita, em grande medida, como uma alegria, tendo a maioria (164 mulheres, ou seja, 89%) expressado este ponto de vista. Em todos os países se registaram percentagens elevadas, destacando-se Portugal e a Grécia com valores superiores a 90%. No entanto, é uma alegria que também acarreta responsabilidades, tal como expresso em todos os países.

De facto, existe também a consciência de que a maternidade pode ser indutora de stress, exigente e cansativa. As mulheres irlandesas e portuguesas são as que mais manifestam cansaço, mas são as portuguesas que mais afirmam que a maternidade é fisicamente exigente (70% - 35). Foram também as mulheres portuguesas de etnia cigana que afirmaram sentir muito medo desta nova realidade: *‘Nunca pensei que fosse assim, que fosse tão exigente. Estava sempre cansada e com medo de não saber o que fazer’*. Mulher cigana, 24 anos, Portugal

A maternidade trouxe também um sentimento de maior respeito por parte dos membros da família e da comunidade em geral. Este sentimento foi particularmente expresso pelas mulheres da Irlanda e de Portugal. No entanto, este sentimento não é muito expresso pelas mulheres romenas.

Tabela 13 – Como se sentiu ao ser mãe, por país (%)¹⁴

	Grécia		Irlanda		Portugal		Roménia	
	%	N	%	N	%	N	%	N
Foi uma alegria	94.4	51	86.7	26	98	49	76	38
Foi uma grande responsabilidade	66.7	36	100	30	90	45	80	40
Foi muito cansativo	40.7	22	63.3	19	62	31	48	24
Foi fisicamente muito exigente	27.8	15	26.7	8	70	35	38	19
Tive muito receio	31.5	17	40	12	66	33	32	16
Senti-me mais respeitada pela minha família	18.5	10	56.7	17	68	34	14	7
Senti-me mais respeitada pela família do meu marido	16.7	9	60	18	64	32	22	11
Senti-me mais respeitada pela minha comunidade	18.5	10	33.3	10	66	33	12	6
Outra	5.6	3	16.7	5	4	2	34	17

¹⁴ Respostas múltiplas.



Mas, como era de esperar, ser mãe traz muitas mudanças e novas rotinas à vida dos casais, mas sobretudo à vida das mães. Muitos ajustes tiveram de ocorrer na família com a chegada de um bebé.

Um total de 175 das 184 mulheres ciganas entrevistadas (95%) expressaram esta visão de mudança quando questionadas sobre as suas vidas depois de se tornarem mães.

As mudanças são diversas e não são iguais em todos os países parceiros. Uma questão que emergiu foi o impacto nas relações. Na Irlanda, por exemplo, registou-se uma melhoria significativa nas relações entre os casais (86,2% - 25). A Grécia (50% - 25) e Portugal (58,7% - 27) têm também uma proporção substancial de mulheres que partilham esta opinião, embora em menor grau. Esta opinião não é partilhada pelas mulheres entrevistadas da Roménia, onde apenas três mulheres partilham dessa opinião. De facto, as mulheres romenas são as que mais frequentemente referem o contrário, ou seja, uma deterioração das suas relações com os maridos/companheiros (34% - 17).

Para além das melhorias nas relações pessoais, algumas mulheres também referiram sentir-se mais respeitadas depois de se tornarem mães. Isto foi particularmente evidente entre as mulheres ciganas portuguesas (69,6% - 32) e as mulheres ciganas que vivem na Irlanda (51,7% - 15). Algumas mulheres ciganas portuguesas também mencionaram que começaram a sentir que tinham uma voz na comunidade. Mais uma vez, as mulheres romenas tiveram uma opinião diferente e apenas quatro delas sentiram esse respeito e nenhuma sentiu que a maternidade teve qualquer impacto nas suas comunidades.

Foram também expressas opiniões negativas sobre as mudanças registadas depois de se tornar mãe. Ter menos tempo para si própria foi uma das questões mais frequentemente citadas na Irlanda (93%) e em Portugal (67%). A perda de liberdade pessoal, mencionada na Irlanda, em Portugal e na Grécia, embora em menor grau, e a impossibilidade de frequentar a escola ou o trabalho, referida em Portugal, na Irlanda e na Roménia, foram também razões apontadas.



Tabela 14 – Mudanças na vida depois da maternidade, por país (%)¹⁵

	Grécia		Irlanda		Portugal		Roménia	
	%	N	%	N	%	N	%	N
Deu-me mais Liberdade	30	15	13.8	4	32.6	15	0	0
Comecei a sentir-me mais respeitada	44	22	51.7	15	69.6	32	8.2	4
Comecei a sentir que tinha voz na comunidade	20	10	34.5	10	63	29	0	0
A relação com o meu marido melhorou	50	25	86.2	25	58.7	27	6.1	3
A relação com o meu marido piorou	10	5	13.8	4	19.6	9	34.7	17
Perdia a minha liberdade	32	16	62.1	18	47.8	22	16.3	8
Deixei de poder ir à escola	14	7	72.4	21	32.6	15	36.7	18
Deixei de poder trabalhar	18	9	37.9	11	41.3	19	26.5	13
Deixei de ter tempo para mim	28	14	93.1	27	67.4	31	38.8	19
Outra	20	10	13.8	4	2.2	1	55.1	27

É importante dar algum ‘espaço’ às opiniões das mulheres romenas, que eram muito menos suscetíveis de mencionar apreciações positivas em resultado de se tornarem mães. Na categoria “outro”, as inquiridas tiveram a oportunidade de exprimir de forma pessoal as mudanças que sentiram na primeira pessoa:

‘É fantástico, mas também desafiante. Ver o meu filho crescer é uma bênção.’

Mulher cigana, 20 anos, Roménia.

‘Senti mais pressão em tudo o que estava a fazer pela minha família como esposa e mãe.’ Mulher cigana, 23 anos, Roménia.

‘Senti muita privação.’ Mulher cigana, 22 anos, Roménia.

‘As responsabilidades multiplicaram-se; já não se trata apenas de mim.’ Mulher cigana, 24 anos, Roménia.

‘Senti como é difícil ser mãe, quando não se tem nada para vestir e alimentar o filho.’ Mulher cigana, 23 anos, Roménia.

¹⁵ Respostas múltiplas.

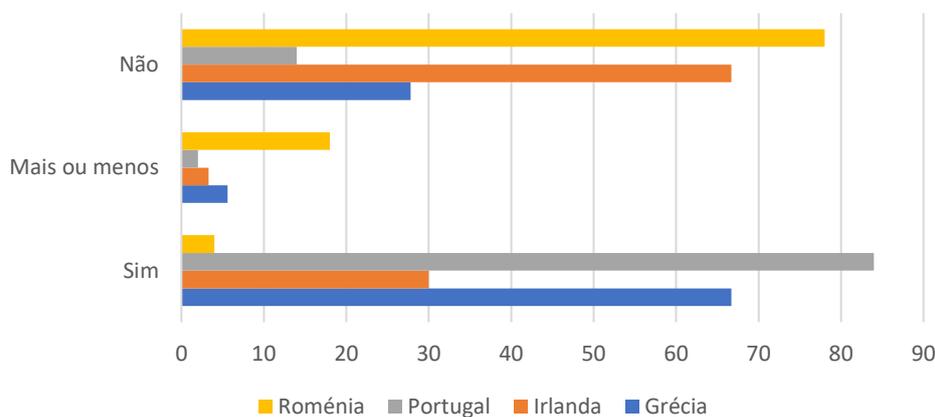


III. 5. A relevância da informação

Ser mãe não significa necessariamente dispor de toda a informação necessária para gerir da melhor forma possível este acontecimento, tendo em conta o bem-estar da mãe e da criança.

Existem duas posições distintas sobre este assunto. Por um lado, há mulheres que dizem ter informação adequada sobre a gravidez. Estas mulheres são oriundas da Grécia (67% - 36) e de Portugal (84% - 42). Por outro lado, há mulheres que dizem não ter informação adequada. Estas mulheres são da Irlanda (67% - 20) e da Roménia (78% - 39).

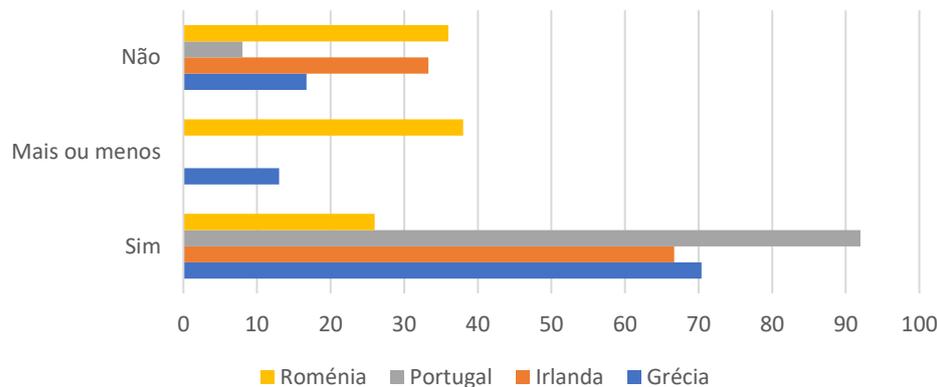
Figura 9 – Informação adequada sobre gravidez, por país (%)



No entanto, com exceção das mulheres ciganas romenas, as mulheres ciganas entrevistadas sentiram que tinham a informação necessária para cuidar de uma criança. Este facto pode parecer contraditório com a frase anterior, mas aprender a cuidar de uma criança é algo que se observa no seio da família e se aprende através da experiência, que é o tipo de aprendizagem mais valorizado pela comunidade cigana. Uma frase de uma das mulheres ciganas que vive na Irlanda e que foi entrevistada ilustra bem esta ideia: *‘A educação dada pela família é a coisa mais importante, especialmente a relação entre mãe e filha. Este problema só pode ser melhorado se começarmos pela educação em casa’*. Mulher cigana a viver na Irlanda, 36 anos.



Figura 10 – Informação adequada sobre como cuidar de uma criança, por país (%)



De acordo com o Relatório Europeu sobre a Saúde Perinatal 2015-2019, publicado pela rede Euro-Peristat¹⁶, a maioria das mulheres grávidas na Europa tem acesso a cuidados médicos durante a gravidez. Mais de 90% das mulheres têm pelo menos uma consulta pré-natal. A maioria tem 7 ou mais consultas durante a gravidez, em conformidade com as recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS) e as diretrizes nacionais. A primeira consulta tem, geralmente, lugar no primeiro trimestre da gravidez. Para as mulheres que não comparecem às consultas pré-natais, isso pode representar problemas tanto para o bebé como para a mãe.

Entre as mulheres ciganas entrevistadas, as percentagens mais elevadas de mulheres que vão a consultas hospitalares/médicas para acompanhar a gravidez registam-se na Grécia (91% - 49) e em Portugal (92% - 46). Na Irlanda e na Roménia, esses valores são muito mais baixos, com 53% (16) e 50% (25), respetivamente.

No caso das mulheres que declararam não ter ido a consultas médicas ou hospitalares antes do parto, as razões diferem entre a Irlanda (14%) e a Roménia (25%). Para as mulheres ciganas residentes na Irlanda, os principais desafios estavam relacionados com as barreiras linguísticas e a dificuldade em compreender informações importantes. Entre as mulheres romenas, 76% referiram o receio de ter de pagar taxas como a

¹⁶ Euro-Peristat Project (2022). European Perinatal Health Report: Core indicators of the health and care of pregnant women and babies in Europe from 2015 to 2019.

principal dificuldade. Também não sabiam como chegar até esses serviços (60%, ou seja, 15 mulheres) e/ou sentiam-se envergonhadas (56%, ou seja, 14 mulheres).

Tabela 15 – Razões para não ido a consultas médicas/hospitalares, por país (%)¹⁷

	Irlanda		Roménia	
	%	N	%	N
Não sabia como ir	21.4	3	60	15
Não sabia que era importante	50	7	24	6
A minha família disse que não valia a pena	7.1	1	0	0
Não tinha ninguém que me acompanhasse	21.4	3	36	9
Tinha receio de ter de pagar	28.6	4	76	19
Tive dificuldades em exprimir-me na língua do país	57.1	8	0	0
Tive problemas em entender o que o médico dizia	57.1	8	12	3
Tive vergonha	14.3	2	56	14
Outra	42.9	6	40	10

A situação é inversa no que respeita às aulas pré-natais: o número de mulheres que não participou nestas sessões é bastante elevado, o que significa que a maioria não teve preparação para o parto. O número de mulheres que frequentaram as consultas pré-natais em Portugal é o mais elevado (16).

No subgrupo das mulheres que não frequentaram as aulas pré-natais (157), as razões mais importantes invocadas nos quatro países prendem-se com o facto de não saberem como chegar até esses serviços e/ou não saber da importância dos cuidados pré-natais para a sua saúde.

Em Portugal, o receio de que as pessoas pensem que não conseguem cuidar dos seus bebés (30% - 7), a falta de apoio familiar (26% - 6) e o sentimento de vergonha (17% - 4) foram também mencionados.

Na Irlanda, em particular, foi sublinhada a dificuldade sentida em as mulheres se exprimirem na língua nativa do país. O facto de se ser migrante traz desafios específicos,

¹⁷ Respostas múltiplas. Nesta tabela apenas foram consideradas as respostas da Irlanda e da Roménia. Na Grécia e em Portugal, houve apenas 5 e 4 respostas, respetivamente, o que não justificou a representação na tabela.

incluindo as barreiras linguísticas e a falta de familiaridade com o sistema de saúde irlandês. Estes fatores devem ser reconhecidos, uma vez que têm um impacto significativo no acesso aos serviços e ao apoio.

Tabela 16 – Razões para não frequentar sessões de preparação para o parto, por país (%)¹⁸

	Grécia		Irlanda		Portugal		Roménia	
	%	N.	%	N.	%	N.	%	N.
Não sabia como ir	23.4	11	28	7	73.9	17	54.3	25
Não sabia que era importante	40.4	19	36	9	69.6	16	32.6	15
A minha família disse que não valia a pena	6.4	3	4	1	26.1	6	2.2	1
Não tinha ninguém que me acompanhasse	4.3	2	8	2	34.8	8	8.7	4
Tinha receio de ter de pagar	2.1	1	8	2	8.7	2	6.5	3
Tive dificuldades em exprimir-me na língua do país	0	0	36	9	0	0	0	0
Tive problemas em entender o que o médico dizia	4.3	2	32	8	13	3	0	0
Tive vergonha	2.1	1	0	0	17.4	4	4.3	2
Tive medo de que pensassem que não sabia como cuidar do meu bebé	2.1	1	8	2	30.4	7	6.5	3
Outra	57.4	27	76	25	17.4	4	67.4	31

Mas a razão mais importante na Grécia, Irlanda e Roménia foi o facto de estas mulheres não terem conhecimento destas aulas porque ninguém as informou. Entre as mulheres ciganas residentes na Irlanda, a língua surge, mais uma vez, como uma barreira para aceder às aulas pré-natais. Em alguns casos, este tipo de sessões não existia na altura em que as mulheres tiveram os/as seus/suas filhos/as. Além disso, não era algo comum de ocorrer, entre as mulheres ciganas. Alguns testemunhos são apresentados de seguida.

‘Na altura não havia muitos programas’. Mulher cigana, 42 anos, Grécia.

‘Naquela altura, não era normal, eu não sabia que existia.’ Mulher cigana a viver na Irlanda, 32 anos.

¹⁸ Multiple answers.



'Eu não sabia da existência destes cursos, acho que teriam sido bons.' Mulher cigana, 20 anos, Roménia.

'Na minha comunidade, as mulheres grávidas não costumam frequentar estas aulas.' Mulher cigana, 18 anos, Roménia.

Estes resultados estão de acordo com estudos que sublinharam que as mulheres ciganas tendem a ter menos consultas pré-natais.¹⁹

Outra questão importante relacionada com a maternidade que afeta algumas mulheres é a depressão pós-parto. Das mulheres ciganas entrevistadas, 115 já tinham ouvido falar desta situação. As mulheres ciganas romenas são as que apresentam a percentagem mais elevada (68%) de mulheres que não ouviram falar da depressão pós-parto.

Das 57 mulheres que já tinham ouvido falar de depressão pós-parto, uma percentagem mais elevada de mulheres ciganas gregas e portuguesas conhecia alguém que tinha sofrido desta condição.

Em contrapartida, mais de 80% das mulheres ciganas que vivem na Irlanda não conhecem ninguém que tenha tido esta experiência. As mulheres ciganas romenas apresentam uma situação pouco clara sobre este assunto, com percentagens semelhantes a darem respostas diferentes.

Entre o grupo de 57 mulheres, as gregas e as portuguesas foram as que mais afirmaram ter sofrido desta condição quando questionadas sobre a sua própria situação.

Das mulheres que consideram ter sofrido de depressão pós-parto, 12 não receberam qualquer ajuda: sete na Grécia, duas na Irlanda e três em Portugal.

¹⁹ Por exemplo: BMC Women's Health. (2015). *Standpoints of Roma women regarding reproductive health*. Disponível em: <https://bmcwomenshealth.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12905-015-0195-0> or UCD IRIS Centre, National Quality and Patient Safety Directorate, and National Women and Infants Health Programme (2024) *Capturing Roma Women's Experiences and Perspectives of the Quality and Safety of Maternity Care: Co-Designing an Engagement Strategy (Poster)*.: https://cairde.ie/wp-content/uploads/2024/12/NPSO-POSTER-2024_V7-1.pdf?gl=1*yreb33*up*MQ.*ga*ODgzNDg4ODkxLjE3MzQ2MjY5MjQ.*ga_CW137LCRG8*MTczNDYyNjkyMy4xLjAuMTczNDYyNjkyMy4wLjAuMA



As razões mais comuns para não procurar ajuda foram: não saber como aceder a essa ajuda; não saber o que se passava com elas; as suas famílias não acharem que valia a pena procurar ajuda; e/ou ter medo de expressar aquilo que sentiam.

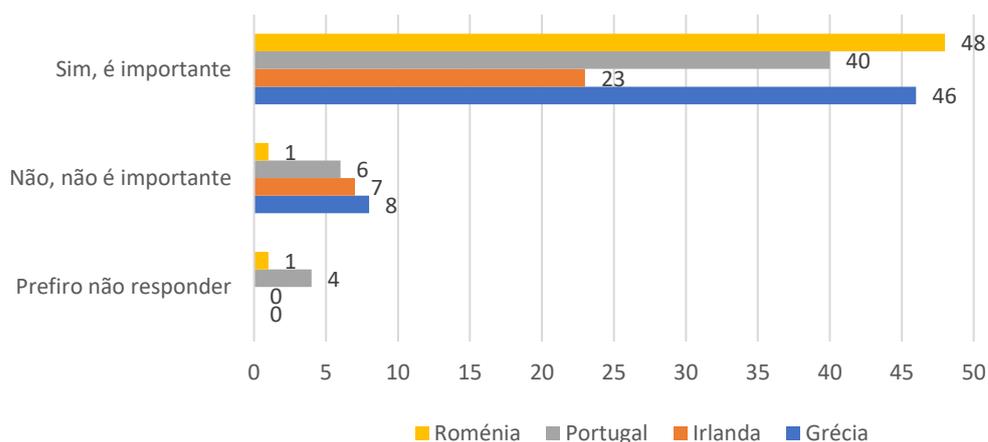


III. 6. Prevenir o casamento precoce e a maternidade precoce

Dada a importância da questão do casamento e da maternidade precoces e a forma como podem afetar as vidas das jovens ciganas, não só fisicamente, mas também em termos das suas escolhas e do seu futuro, as opiniões das mulheres ciganas sublinham a necessidade de intervenção.

Das 184 mulheres entrevistadas nos quatro países, 85% (157) consideraram importante promover atividades para reduzir ou prevenir o casamento precoce. A figura abaixo mostra que as mulheres ciganas romenas e gregas têm o maior número de respostas favoráveis, seguidas de Portugal.

Figura 11 – Importância de existirem atividades com vista a reduzir ou prevenir o casamento precoce (Números absolutos)



As razões apresentadas pelas mulheres que não concordam com a opinião da maioria variam de país para país. Na Grécia, Portugal e Irlanda, a principal razão pela qual as atividades destinadas a prevenir a maternidade precoce não são valorizadas prende-se com a continuidade das tradições: trata-se de *algo que nunca mudará*, mas também com a convicção de que as tradições devem ser preservadas. Uma mulher portuguesa dá uma “boa” explicação para esta continuidade: *‘Acho que não vai mudar - é a tradição! Uma mulher que se casa aos 19 ou 20 anos já é considerada velha, portanto isso não vai mudar’*. (Mulher cigana, 28 anos, Portugal)



Em todos os países, exceto na Roménia, foi reconhecida a importância da ‘vontade’ das mulheres (as mulheres ciganas gostam de casar cedo), o que também está relacionado com a importância que o casamento assume nas suas vidas.

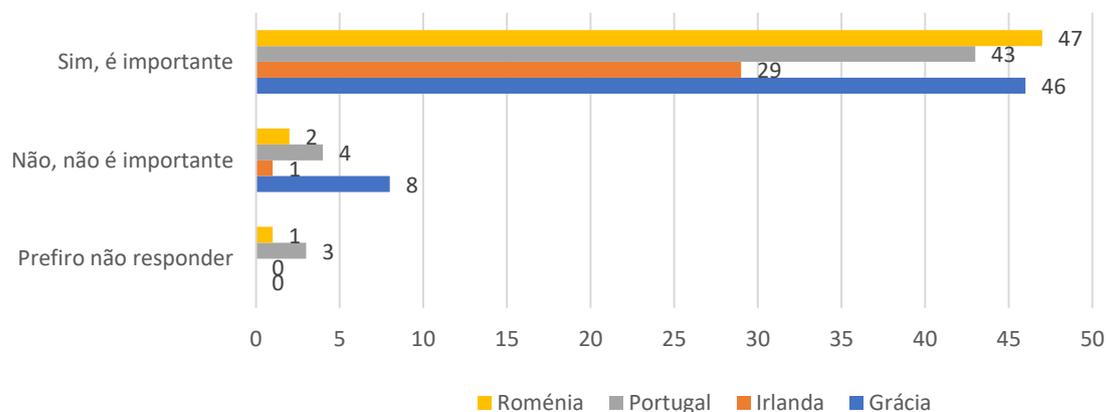
Tabela 17 – Razões para a não promoção de atividades para reduzir/prevenir o casamento precoce
(Números absolutos)²⁰

	Grécia	Irlanda	Portugal	Roménia
É algo que nunca vai mudar	6	4	7	2
É preciso preservar as tradições	6	5	3	1
É preciso preservar o papel da mulher	3	6	3	0
As mulheres ciganas gostam de casar cedo	5	6	5	1
O casamento é muito importante na vida das raparigas ciganas	6	7	5	2
Existe uma forte pressão por parte das famílias para o casamento precoce	1	2	3	0
Se não casar cedo, as pessoas começam a fazer comentários a nosso respeito	3	3	3	1
Outra	1	2	3	0

As opiniões sobre a maternidade precoce são muito semelhantes. Mais uma vez, a Roménia e a Grécia lideram, com 165 mulheres a concordarem que é importante promover atividades que reduzam e/ou previnam a maternidade precoce.

²⁰ Respostas múltiplas.

Figura 12 – Importância de existirem atividades com vista a reduzir ou prevenir a maternidade precoce (Números absolutos)



Mais uma vez, focando nas mulheres gregas, que têm o maior número de respostas entre os países parceiros, a preservação da tradição é a principal razão para não prevenir a maternidade precoce, juntamente com o facto de a maternidade ser muito importante na vida das raparigas ciganas e/ou o desejo das mulheres ciganas serem mães numa idade precoce. Estas opiniões confirmam a importância da maternidade nas comunidades ciganas, mas também podem constituir um obstáculo à mudança.

Tabela 18 - Razões para a não promoção de atividades para reduzir/prevenir a maternidade precoce (Números absolutos)²¹

	Grécia	Irlanda	Portugal	Roménia
É algo que nunca vai mudar	5	0	1	0
É preciso preservar as tradições	6	0	2	2
É preciso preservar o papel da mulher	4	0	2	2
As mulheres ciganas gostam de ser mães cedo	5	0	2	2
A maternidade é muito importante na vida das raparigas ciganas	5	0	2	1
Existe uma forte pressão por parte das famílias para ser mãe cedo	2	0	2	0
Se não for mãe cedo, as pessoas começam a fazer comentários a nosso respeito	3	0	1	0
Outra	1	1	2	0

²¹ Respostas múltiplas.



No entanto, foram feitas muitas sugestões e dadas opiniões por mulheres que acreditam que podem ser tomadas medidas para prevenir e reduzir os casamentos e as gravidezes precoces.

Algumas mulheres entrevistadas, em especial na Grécia e na Roménia, sublinharam a importância de as mulheres terem as suas próprias vidas e experiências, em particular no mercado de trabalho, antes de se tornarem mães. Esta opinião foi expressa não só por mulheres jovens, mas também por mulheres mais velhas.

'Antes de se casarem e terem filhos, têm de crescer, tornar-se mulheres. Para trabalhar. Para se sentirem elas próprias primeiro.' Mulher cigana, 27 anos, Grécia.

'As raparigas devem, pelo menos, terminar o ensino secundário, ter um diploma do ensino secundário e ser capazes de encontrar um emprego para criar confortavelmente os seus filhos.' Mulher cigana, 36 anos, Grécia.

'As raparigas precisam de aprender que quando se tornam mães, surgem responsabilidades. Enquanto crianças, devem aprender a viver sem preocupações.' Mulher cigana, 32 anos, Grécia.

'As raparigas deviam continuar a estudar, aprender um ofício. A família pode esperar. Ela virá em qualquer idade.' Mulher cigana, 26 anos, Grécia.

'As raparigas ainda são crianças. Não devem dar à luz. Devem viver as suas vidas.' Mulher cigana, 40 anos, Grécia.

'Eu aconselhava-as a acabar a escola, arranjar um emprego, ver como é a vida e depois ter uma família.' Mulher cigana, 62 anos, Grécia.

'Temos de lhes dizer que têm de crescer. As raparigas são crianças. Não sabem o que significa o amor e a maternidade. Criam-se obrigações.' Mulher cigana, 71 anos, Grécia.



'É um desperdício de vida, por isso deixem-nas saber como escolher e como gozar a vida, e só depois pensem nisso'. Mulher cigana, 43 anos, Portugal.

'Para o evitar! Primeiro conheçam-se, deem tempo ao tempo e depois sejam pais.' Mulher cigana, 37 anos, Portugal.

Paralelamente, é clara a importância da educação e do direito à infância:

'As raparigas ainda são crianças. Não se devem casar'. Mulher cigana, 32 anos, Grécia.

'Continuem a estudar para que, quando tiverem filhos, estejam preparados para lhes dar uma boa educação e para lhes poderem oferecer melhores oportunidades'. Mulher cigana a viver na Irlanda, 26 anos.

"Os pais devem deixar de ter medo de mandar as suas filhas para a escola, temos de dar prioridade à educação. Temos de quebrar o círculo, e isso será conseguido educando primeiro os pais para que não repitam o círculo, o mundo mudou, agora já não temos de ter medo, podemos ter mais oportunidades e uma vida melhor. Tudo o que é mau no mundo é combatido com educação, por isso podemos lutar melhor pelos nossos direitos. Mulher cigana a viver na Irlanda, 53 anos.

As raparigas deviam dar prioridade aos estudos. Mulher cigana, 28 anos, Portugal.

As crianças deviam acabar a escola mais cedo e ser mães numa idade mais avançada. Mulher cigana, 48 anos, Grécia.

'As crianças deviam casar-se em idades mais avançadas, por exemplo entre os 20 e os 22 anos. Deviam ir à escola e acabar a escola.' Mulher cigana, 19 anos, Grécia.

Na Roménia e em Portugal, em particular, é sublinhada a importância dos modelos a seguir. O papel das mulheres mais velhas também é destacado em Portugal:



'Acho que seria bom se tivéssemos mais modelos positivos'. Mulher cigana, 19 anos, Roménia.

'As mulheres ciganas deviam falar com os adolescentes e dar-lhes o exemplo'. Mulher cigana, 24 anos, Portugal.

'Uma mulher respeitada na comunidade devia ser a pessoa a ter esta conversa.' Mulher cigana, 46 anos, Portugal.

'Falar com pessoas mais velhas faz-nos perceber que há tempo para tudo e que não vale a pena ter pressa.' Mulher cigana, 50 anos, Portugal.

'Conhecer alguém que é importante e respeitado na comunidade.' Mulher cigana, 28 anos, Portugal.

Algumas deles 'atreveram-se' a dar conselhos à família de origem sobre a forma como os pais devem encarar o casamento de raparigas jovens:

'As famílias devem falar com os jovens para os sensibilizar para o facto de que há um tempo para tudo e que eles beneficiarão se deixarem que os acontecimentos ocorram no seu próprio tempo'. Mulher cigana, 29 anos, Portugal

'Eu diria aos pais que deviam estar mais ligados às suas filhas. Não as deixar casar. Ter relações, mas não casar e não ter filhos numa idade jovem'. Mulher cigana, 49 anos, Grécia

'Isto não depende das raparigas; depende dos pais e da educação em casa.' Mulher cigana a viver na Irlanda, 38 anos.

'Penso que seria bom que nós, pais, se recebêssemos formação'. Mulher cigana, 31 anos, Roménia



'Os pais deviam explicar aos filhos que a infância é uma experiência única na vida. O casamento não é uma brincadeira; envolve responsabilidades. Mulher cigana, 31 anos, Portugal

'Os pais precisam de aprender que é errado as crianças terem filhos. Seria bom para eles casarem-se e terem filhos numa idade legal. Para desfrutarem das suas vidas. Encontrarem um emprego para poderem viver. Ter um máximo de 3 filhos e não 10.' Mulher cigana, 53 anos, Grécia

'Os pais devem mandar os seus filhos para a escola. Quando as crianças vão à escola, pensam de forma diferente, tornam-se mais inteligentes. Os pais não devem casar os seus filhos jovens.' Mulher cigana, 30 anos, Grécia

'O problema são as sogras. As mães dos rapazes. Temos de falar com as mães dos rapazes e dizer-lhes que as raparigas ainda são crianças. Precisam de acabar o ensino básico e secundário. Precisam de se casar depois dos 18 anos. Precisam de saber o que querem.' Mulher cigana, 28 anos, Grécia

'Devia haver multas e penas de prisão para os pais que "casam" os seus filhos adolescentes.' Mulher cigana, 28 anos, Grécia

Outras visam as próprias raparigas e a sua capacidade de autodeterminação, para que não cedam às pressões da comunidade:

'Temos de dizer às raparigas que têm de ir à escola, terminá-la, ir para a universidade para poderem arranjar um emprego e serem independentes. Quando tudo isso estiver concluído, devem casar-se para se poderem sustentar a si próprias e aos seus filhos.' Mulher cigana, 45 anos, Grécia

'Temos de dizer às raparigas que precisam de continuar a escola, estudar, arranjar um emprego, ter o seu próprio dinheiro e que tudo virá na idade certa, por exemplo, aos 25 anos'. Mulher cigana, 40 anos, Grécia

'Muitas raparigas não sabem como não engravidar. Se alguém nos explicasse, talvez não tivéssemos filhos tão cedo'. Mulher cigana, 25 anos, Roménia



Para concluir, eis a citação de uma mulher cigana que sublinha a integração como um pilar fundamental:

‘A sociedade tem de deixar de ser xenófoba. Porque nunca facilitam a integração. Quando houver facilidade de integração, será mais fácil para as raparigas e para a comunidade cigana tomarem consciência’. Mulher cigana, 29 anos, Portugal.



Referências bibliográficas

Allen, Paula (2013 “Abordagens sobre a saúde dos/as ciganos/as: um dos retratos (Biquinha/ Matosinhos)”, in Magano, Olga e Mendes, Manuela (orgs.), *Ciganos Portugueses: olhares cruzados e interdisciplinares em torno de políticas sociais e projetos de intervenção social e cultural*, Lisboa, Universidade Aberta (e-book).

Brigadeiro, D (2010). *Gravidez na adolescência: A realidade portuguesa* [Tese de mestrado, Universidade de Lisboa].

Cairde (2025). *National Roma Infoline Annual Report 2024*. June 2025.

Carvalho, P. S. L. S. de (2012). *Fatores de influência individuais, psicossociais e relacionais para a ocorrência de gravidez na adolescência em Portugal Continental* [Tese de doutoramento, Universidade do Porto].

Central Statistics Office (2022). Vital statistics yearly summary 2022.

<https://www.cso.ie/en/releasesandpublications/ep/p-vsyst/vitalstatisticsyearlysummary2022/>

Citizens Advice Bureau

<https://www.citizensinformation.ie/en/birth-family-relationships/children-s-rights-and-policy/>

Citizens Information. (n.d.). Children’s rights and policy.

<https://www.citizensinformation.ie/en/birth-family-relationships/children-s-rights-and-policy/>

Citizens Information. (n.d.). Legal requirements for marriage.

<https://www.citizensinformation.ie/en/birth-family-relationships/getting-married/legal-requirements-for-marriage/>

Conselho da União Europeia (2013). *Recomendação 378/1 do Conselho, de 9 de dezembro de 2013, relativa a medidas eficazes para a integração dos ciganos nos Estados-Membros* (JO C 378 de 24.12.2013, p. 1).

Council of Europe (2011). *Istanbul Convention on preventing and combating violence against women and domestic violence*. <https://rm.coe.int/168046253e>

Council of Europe, Ireland - Istanbul Convention Action against violence against women and domestic violence. <https://www.coe.int/en/web/istanbul-convention/ireland>

Department of Children, Equality, Disability, Integration, and Youth (2022). *State of the Nation’s Children 2022*.

<https://www.gov.ie/pdf/?file=https://assets.gov.ie/315204/75d69777-4598-4e5a-876b-5c170d44a43b.pdf#page=null>

Early Marriage Prevention Network: Comparative Study of Legislation, Interinstitutional Cooperation and Prevention Activities Related to Early Marriage in Bulgaria, Greece, Slovenia and Spain.

E-Romnja. (n.d.). *Intervention guide for child/forced marriage cases - Intervention methods and recommendations*.

<https://e-romnja.ro/rapoarte/resurse/>



E-Romnja. (n.d.). *Projects and campaigns for Roma women's rights*.
<https://e-romnja.ro>

European Commission (2021). *EU strategy for Roma equality, inclusion and participation 2021-2030*. <https://commission.europa.eu>

European Commission (2023). *Assessment Report of the Member's States' National Roma Strategic Frameworks*, January.

European Union Agency for Fundamental Rights (2014). *Addressing forced marriage in the EU: legal provisions and promising practices*, European Union Agency for Fundamental Rights.

European Union Agency for Fundamental Rights (2016). *EU-MIDIS II: Report on minorities and discrimination in the EU - Results for Roma*.
<https://fra.europa.eu>

European Union Agency for Fundamental Rights (2017). *Second European Union Minorities and Discrimination Survey (EU MIDIS II)*, European Union Agency for Fundamental Rights.

European Union Agency for Fundamental Rights (2023a). *Fundamental Rights Report*, European Union Agency for Fundamental Rights.

European Union Agency for Fundamental Rights (2023b). *Roma Survey 2021 - Main results*, European Union Agency for Fundamental Rights.
https://fra.europa.eu/sites/default/files/fra_uploads/fra-2022-roma-survey-2021-main-results2_en.pdf

Euro-Peristat Project (2022). *European Perinatal Health Report: Core indicators of the health and care of pregnant women and babies in Europe from 2015 to 2019*.
<https://www.europeristat.com/publications/european-perinatal-health-report-2015-2019/>

Eurostat (2014). *Statistics on teenage birth rates in the European Union*.
<https://ec.europa.eu/eurostat>

Eurostat (2022). *Fertility statistics: Live births and crude birth rates in the EU*.
<https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/>

Evan Carron-Kee, Frances McGinnity, Anousheh Alami (2024). *Understanding Attitudes to Travellers and Roma in Ireland*, The Economic and Social Research Institute, December.
<https://www.esri.ie/publications/understanding-attitudes-to-travellers-and-roma-in-ireland>

Fraser, A (1995). *The Gypsies*. Blackwell.

Girls Not Brides (2020). *Child marriage: Causes, consequences and solutions*.
<https://www.girlsnotbrides.org>

Girls Not Brides (2020). *Girls Not Brides: The Global Partnership to End Child Marriage*.
<https://www.girlsnotbrides.org>



Girls Not Brides. (n.d.). Child marriage atlas: Ireland. <https://www.girlsnotbrides.org/learning-resources/child-marriage-atlas/regions-and-countries/ireland/>

GREVIO - Group of Experts on Action against Violence against Women and Domestic Violence (2023). Baseline Evaluation Report Greece. <https://balkaninsight.com/2023/11/14/moldova-greece-taking-steps-to-tackle-violence-against-women-reports/>

Group of Experts on Action against Violence against Women and Domestic Violence (GREVIO) (Baseline) Evaluation Report on legislative and other measures giving effect to the provisions of the Council of Europe Convention on Preventing and Combating Violence against Women and Domestic Violence (Istanbul Convention) Greece, 2023

GTCIPF (2024). *Livro Branco sobre Prevenção e Combate aos Casamentos Infantis Precoces e Forçados*. Ministério da Justiça e da Modernização e Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género. Lisboa.

Health Service Executive & Pavee Point Traveller and Roma Centre (2023). Roma Daja - Supporting women during and after pregnancy. <https://www.hse.ie/eng/services/mhml/roma-health/roma-daja-supporting-roma-women-during-and-after-pregnancy/roma-daja-supporting-women-during-and-after-pregnancy.html>
Health Services Ireland (2022) *Information Summary about Teenage Pregnancy in Ireland 2000–2020*, January.

Hellenic Republic (2021). Ministry of Labour and Social Affairs, General Secretariat of Social Solidarity & Combat Poverty, *Early marriages: Awareness and information on the prevention of early marriages* (Educational material).

Hellenic Republic (2021). Ministry of labour and social affairs, General Secretariat of Social Solidarity and Combating Poverty, *National Strategy and Action Plan for the Social Inclusion of Roma 2021 - 2030*, Athens, December, pages 19-25

Hellenic Republic (2021). Ministry of Labour and Social Affairs, General Secretariat of Social Solidarity and Combating Poverty Registration of Roma settlements and population at the national level.

Houses of the Oireachtas (2024). *Equality, Diversity and Inclusion Strategy 2024*. https://data.oireachtas.ie/ie/oireachtas/corporate/strategy/2024/2024-05-28_equality-diversity-and-inclusion-strategy-2024_en.pdf

Houses of the Oireachtas. <https://www.oireachtas.ie/en/bills/bill/2017/13/>

<https://kean.gr/en/early-marriage>

<https://www.government.gov.gr/katatethike-sti-vouli-to-schedio-nomou-gia-tin-kirosi-tis-simvasis-tis-konstantinoupolis/> accessed on 15/1/2025

<https://www.unicef.org/greece/convention-on-the-child>, access date 14/1/2025



Human Rights Watch (2016). *Our time to sing and play: Child marriage in Nepal*.
<https://www.hrw.org/report/2016/09/08/our-time-sing-and-play/child-marriage-nepal>

Jain, S., & Kurz, K (2007). *New insights on preventing child marriage: A global analysis of factors and programs*. International Center for Research on Women.

MĂLINA VOICU RALUCA POPESCU. (2019). Quality of Life Magazine. BIRTH AND MARRIAGE AMONG THE ROMA POPULATION, Jurnalul Olteniei Stolen childhood: Roma saying no to early marriage. <https://www.jurnalulolteniei.ro>

Malhotra, A., Warner, A., McGonagle, A., & Lee-Rife, S (2011). *Solutions to end child marriage: What the evidence shows*. International Center for Research on Women.

Marriage with consent of a public authority and/or public figure.
<https://fra.europa.eu/en/publication/2017/mapping-minimum-age-requirements/marriage-consent-public-authority-andor-public-figure>

Mendes, M., et al (2014). *Estudo nacional sobre as comunidades ciganas*, Observatório das comunidades ciganas. Alto Comissariado para as Migrações.

Michalopoulou, Olga (2022). *Child marriage: Overview of the phenomenon in the International, European and Greek legal order*, Aristotle University of Thessaloniki

Ministry of Education (2016). *School after School Program*.
<https://www.edu.ro/scoala-dupa-scoala>

Ministry of Family, Youth, and Equal Opportunities (2023). *National Action Plan for the Implementation of the Guarantee for Children (NAP)*.
https://copii.gov.ro/1/wp-content/uploads/2023/11/Plan-national-Garantie_aprobat_site.pdf

Ministry of Health (2021). Health Mediators Program.
<https://ms.ro>

Ministry of Labor and Social Solidarity (2022). *National Strategy on Promoting Equal Opportunities and Equal Treatment between Women and Men and Preventing and Combating Domestic Violence for the Period 2022-2027*.
https://www.mmuncii.ro/j33/images/Documente/MMPS/Transparenta_decizionala/09032021A_nexa_1_SNESVD_cu_ANDPDCA_CNPP_29_01.pdf

Ministry of National Education (2021). National Strategy to Reduce Dropout.
<https://edu.ro>

National Statistical Institute (2023). *Demographic events in 2023*. Bucharest, Romania: INS.
<https://insse.ro/cms/>

News for Life (2018). Early marriages in Roma communities: Causes and effects.
<https://stiripentruviata.ro>

Organizația Națiunilor Unite (1989). *Convenția privind drepturile copilului*.
<https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/convention-rights-child>



Parliament of Romania (1990). Law no. 18/1990 on the ratification of the Convention on the Rights of the Child. Monitorul Oficial. <https://legislatie.just.ro/Public/DetaliiDocument/761>

Pavee Point Traveller and Roma Centre & Department of Justice and Equality (2018) Roma in Ireland – A National Needs Assessment.

<https://www.paveepoint.ie/wp-content/uploads/2015/04/RNA-PDF.pdf>

Pavee Point Traveller and Roma Centre (2023). Le Romneango Sfato

Population Division, Department of Economic and Social Affairs and United Nations Population Fund – processed by Our World in Data (2023). Available at: Adolescent birth rate, 15-19 year olds.

Romanian Government (2022). *Strategy for the Inclusion of Romanian Citizens Belonging to the Roma Minority for the Period 2022-2027.*

<http://www.anr.gov.ro/index.php/anr/legislatie/legislatie-aplicabila/strategie-de-incluziune-2022-2027>

Romanian Parliament (2003). Law 217/2003 on preventing and combating domestic violence. Monitorul Oficial.

<https://legislatie.just.ro/Public/DetaliiDocument/44014>

Romanian Parliament (2004). Law no. 272/2004 on the protection and promotion of children's rights. Monitorul Oficial.

<https://legislatie.just.ro/Public/DetaliiDocument/52909>

Romanian Parliament (2009). Civil Code of Romania. Official Gazette.

<https://legislatie.just.ro/Public/DetaliiDocument/109884>

Romanian Parliament (2009). Romanian Penal Code - Law 286/2009. Official Gazette

<https://legislatie.just.ro/Public/DetaliiDocument/109854>

Romanian Parliament (2011). Law 1/2011 on National Education

<https://legislatie.just.ro/Public/DetaliiDocument/259001>

Romanian Parliament (2011). National Education Law no. 1/2011. Official Gazette.

<https://legislatie.just.ro/Public/DetaliiDocument/259001>

Romanian Parliament (2014). 272 of June 21, 2004(**republished**) on the protection and promotion of children's rights

<https://legislatie.just.ro/Public/DetaliiDocument/156097>

Romanian Parliament (2016). Law No 30/2016 on the ratification of the Istanbul Convention. Monitorul Oficial.

<https://legislatie.just.ro/Public/DetaliiDocument/176888>

Sastipen (n.d.). *A step forward - Empowering young people and women in local Roma communities.* <https://sastipen.ro/ro/proiecte-incheiate/astep/campanii-empowering/imputernicirea-femeilor-romi/>



United Nations, General Assembly, Human Rights Council, 53 session, 19 June–14 July 2023, Resolution adopted by the Human Rights Council on 13 July 2023 53/23. Child, early and forced marriage: ending and preventing forced marriage

University College Dublin and National Maternity Hospital (2024). *The experiences and outcomes of Gypsy, Roma, and Traveller pregnant people in pregnancy: A scoping review*
<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/38887905/>

University of Thrace (2021). Department of law school, Diplomatic thesis: the international protection of the rights of the child, postgraduate student: Kalaitzi Artemis (student id: 4152), supervisor: Antonopoulos Konstantinos, Komotini, April, Pages 52-53.

World Health Organization (2022). Adolescent pregnancy.
<https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/adolescent-pregnancy>

World Health Organization (WHO) (2022) *Global Report on Maternal and Child Health*.
<https://www.who.int>